

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. *Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

RELATO OITOCENTISTA: a construção de memórias sobre os sertanejos na
literatura de James Wells

AETE FAGUNDES SOARES DA SILVA

AETE FAGUNDES SOARES DA SILVA

RELATO OITOCENTISTA: a construção de memórias sobre os sertanejos na
literatura de James Wells

Monografia apresentada ao curso de
graduação em História, do Instituto de História
da Universidade Federal de Uberlândia, como
exigência parcial para obtenção do título de
Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto de
Almeida.

UBERLÂNDIA

Agosto de 2010

Silva, Aete Fagundes Soares da, 1984-

Relato oitocentista: a construção de memórias sobre os sertanejos na literatura de James Wells

Aete Fagundes Soares da Silva. – 2010.

Orientador: Paulo Roberto de Almeida.
Monografia - Universidade Federal de Uberlândia, programa de graduação em História

AETE FAGUNDES SOARES DA SILVA

RELATO OITOCENTISTA: a construção de memórias sobre os sertanejos na
literatura de James Wells

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

Prof. Dr. Leandro José Nunes

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que pensam os “homens” como sujeitos sociais e interessam em estudar as experiências humanas no campo social considerando suas contradições.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, pela contribuição na realização deste trabalho, por ter me orientado nas leituras, pelas discussões e várias sugestões de melhoramento, pelos empréstimos de livros, enfim, pela prontidão em me auxiliar na construção desta monografia.

Agradeço também à Profa. Dra. Heloísa Helena Cardoso, por ter me possibilitado conhecer a literatura de James J. Wells e por ter me incentivado a pesquisar a linguagem literária, ao fazer alguns apelos sobre a existência de uma rica documentação, tanto na biblioteca na Universidade quanto no CDHIS, que precisava ser pesquisada.

À Maúcia e o Velso, do CDHIS, pelo apoio e pela disponibilização de alguns materiais necessários para a produção deste trabalho.

Aos meus pais, Terezinha e Francisco, minhas irmãs, Arlete, Sirlete, Dalila e Raquel, que cuidaram da minha filha e me auxiliaram a comprar os textos.

A meu irmão Franciscan, que esteve sempre junto aos meus pais, auxiliando-os no trabalho na lavoura, cuidando deles, e me manteve informada sobre as dificuldades que os nossos pais passavam, mas que escondiam de mim por não quererem me deixar preocupada.

A meu esposo, Adenilson, pela ajuda e pelo reconhecimento da minha ausência em muitas ocasiões e que, mesmo trabalhando sozinho para manter a família, ainda conseguiu mandar ajuda para os meus pais algumas vezes para não me ver triste.

À minha filha Lara, que fala da minha formação acadêmica com muita alegria e orgulho.

Às minhas avós Idalina e Avelina (*In Memoriam*). Elas foram essenciais para esta realização, pois sempre me aconselharam a estudar e convenceram os meus pais a me deixarem vir para esta cidade.

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma compartilharam com a realização deste trabalho.

Emerge assim a complexidade da vida nestes lugares com seus modos próprios e a construção de visões de mundo que se fazem presentes e manifestas no nosso cotidiano, dos projetos de “modernidade” às manifestações mais simples de religiosidade, encontramos aí valores, sentimentos, causas perdidas com as quais nos identificamos, os mecanismos de dominação e as resistências mais surdas. Assim vive o nosso povo e esta vida que queremos ver pulsar nos nossos trabalhos.

Paulo Roberto de Almeida

RESUMO

Este trabalho consiste em uma possibilidade de análise de uma fonte literária, especificamente a literatura de viagem de W. James Wells, intitulada “Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil”, com foco na forma como os sertanejos, habitantes do atual Norte de Minas e Sul da Bahia são representados nesta literatura. É importante ressaltar que o rio São Francisco exerce, na minha definição do espaço de pesquisa, um papel muito importante, pois os sertanejos que busco (re)descobrir não são apenas os ribeirinhos, mas todos aqueles que habitavam os espaços à direita e à esquerda das margens desse rio, desde Buritizeiro e Pirapora, até Bom Jesus da Lapa. Ao ler esta obra, detectei a construção de estereótipos para os sujeitos sertanejos, isto me levou a buscar compreender o porquê de se construir uma memória estereotipada para tais sujeitos no final do século XIX. Após uma série de leituras, consegui perceber que a construção dos estereótipos para a população brasileira no final do século XIX tinha por objetivo criar elementos que conseguissem sustentar ou legitimar os projetos de construção das nacionalidades “modernas” colocados no período. Imbuída da função de (re)descobrir os sujeitos sertanejos como agentes ativos, que portavam maneiras de viver que eram diferentes e, portanto, complexas e não inferiores, como mostra a memória sobre eles construídas, da qual Wells também participou, procurei analisar os modos de vida dos sertanejos adotando a perspectiva de que eles portavam significações que eram compreensíveis para os sujeitos que partilhavam daquela cultura, sendo que isso é o que mais importa para mim neste momento, e não a concepção de um “estranho” como Wells que, apesar de ser importante e cumprir um papel fundamental para a pesquisa histórica, não é uma concepção da qual compartilho.

Palavras chaves: memória, história, literatura e sertanejos.

ABSTRACT

This work is a possibility of analyzing a literary source, specifically the travel literature of James W Wells, entitled "Exploring and traveling three thousand miles through Brazil with a focus on how the Bushmen, the current inhabitants of North and Mines South of Bahia are represented in the literature. Importantly, the Sao Francisco River has on my definition of the area of research a very important role, because the Bushmen who seek (re) discover they are not only bordering but all those who inhabited the spaces on the right and left of that river circumscribe the space provided and Buritizeiro Pirapora until Bom Jesus da Lapa. By reading this book I detected the construction of stereotypes for the subjects backwoods, this led me to try to understand why to build a memory for such stereotypical subjects in the late nineteenth century. After a series of readings can perceive that the construction of stereotypes for the Brazilian population in the late nineteenth century was aimed at creating elements that managed to sustain or justify the construction projects of nationalities "modern" made in the period. Imbued with the task of (re) discover the subjects sertanejos as active agents, who wore ways of living that were different and so complex, not less, as shown in memory of them built, which Wells also participated, tried to analyze the ways of life of the backwoods adopting the view that they were carrying meanings that were understandable for the subjects who shared that culture, and that's what matters most to me right now and not the design of a "strange" as Wells that although be important and serve a vital role in historical research is not a concept of which I share.

Keywords: memory, history, literature and backwoodsman.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 - Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil.....	21
CAPÍTULO 2 - Wells e a construção da memória sobre os sertanejos.....	33
CAPÍTULO 3 - Modos de vida dos sertanejos em J. Wells.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	64

APRESENTAÇÃO

Este trabalho busca apreender os modos de vida dos sertanejos norte mineiros, por meio da literatura de viagem de James W. Wells. Neste autor, também visou analisar como a literatura participa da construção de uma memória estereotipada sobre os sertanejos, bem como busco compreender a intenção de se construir uma memória desse tipo para os sertanejos no final do século XIX.

É importante acrescentar que, inicialmente, o espaço desta pesquisa era a região Norte de Minas. O motivo desta escolha devia-se ao fato de ter nascido e vivido a minha infância numa localidade da região.

Porém, no decorrer da pesquisa, atentei-me para o fato de que a cidade de Manga, onde nasci, como outras cidades vizinhas, faziam fronteira com o Estado da Bahia. Inclusive, muitos dos habitantes mais velhos dos municípios de Manga e Matias Cardoso migraram do interior daquele Estado para lá. Portanto, notei a necessidade de considerar a interação entre os modos de vidas das pessoas que habitam nesses espaços, Norte de Minas e parte da Bahia, dado que as fronteiras oficiais forjadas posteriormente não consideradas de fato como marcadores dos modos de vida. Notam-se interações culturais diversas: sotaques, alimentação, festas e outros aspectos da cultura norte mineira.

Esta pesquisa, portanto, baseia-se em fonte escrita, exclusivamente na obra *Explorando e Viajando Três mil milhas através do Brasil*¹, resultante das viagens de Wells pelo Brasil, iniciadas a partir de 1873.

Este livro foi publicado em 1886 em dois volumes, em Londres, por Sampson, Low, Marston, Searle and Revington, com mapas e ilustrações do autor, conforme propôs Christopher Hill, na introdução da edição brasileira de 1995, publicada pelo setor de Estudos Históricos e Culturais, da Fundação João Pinheiro em Belo Horizonte.

Wells era um engenheiro inglês que partiu de Juíz de Fora em Minas, conforme citado anteriormente, e terminou seu trajeto no Maranhão. Integrava uma

¹ Neste trabalho, utilizei a 2. edição em dois volumes, revista e publicada na *Coleção Mineirinha*, pelo setor de Estudos Históricos e Culturais, da fundação João Pinheiro em BH em 1995.

equipe de engenheiros organizada pela Public Works Construction Company, de Londres, contratada pelo imperador brasileiro para traçar o trecho final da Estrada de ferro Pedro II, estendendo os trilhos desde os vales dos rios Paraopeba e São Francisco até a cidade de Pirapora. O objetivo era ligar a ferrovia à navegação do rio São Francisco. Porém, Wells não seguiu o primeiro percurso devido às mudanças dos planos por seus superiores, mas adotou a rota do rio das Velhas.

Sobre Wells, existem poucas informações. Na obra, ele faz referência à Southampton, sua cidade natal e, provavelmente, o local onde cursou a faculdade de engenharia.

Na *Introdução* da obra do Wells, o historiador Christopher Hill menciona que Wells:

possuía muitas das características do inglês caricatural de sua época e classe. Seu hábito de tomar banhos frios, por exemplo, causava espanto nos brasileiros (I, p. 156-157). Amestrou seu cão Feroz surrando-o ‘sempre que ameaçava uivar’ (I, p. 286). Possuía, ou assim o diz, uma fleumática coragem britânica diante dos perigos – sejam animais selvagens ou quedas-d’água.²

Antes de Wells se aventurar nessa empreitada, algumas outras³ viagens foram realizadas, sendo publicadas posteriormente em forma de literaturas de viagens e de descobertas científicas, demonstrando o despertar do interesse norte-americano e europeu para as vantagens possíveis da exploração do vasto território brasileiro.

Da viagem de Wells pelo Brasil resultaram os relatos de histórias de vida de personagens reais, isto é, que não foram criados pela imaginação do autor; estes personagens são os sertanejos, os habitantes do vasto território brasileiro, sobre os quais existem poucos trabalhos de pesquisa, com a intenção de (des)construir a memória estereotipada sobre eles elaboradas e, geralmente, legitimada pelos diversos “veículos” que se propuseram a tratar sobre o tema.

² WELLS, James W. **Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil**. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1995.

³ George Gardner foi o primeiro viajante estrangeiro no Brasil, sua experiência data de 1836-1841, tinha interesses botânicos e geológicos. Sua obra foi intitulada *Viagens no interior do Brasil* é de 1846. Depois vem H. W. Bates como naturalista do Rio Amazonas, de 1863. Bates além, de naturalista, também teve interesse pelas importações e exportações do Brasil. A obra *Explorações nos planaltos do Brasil*, de 1869, é de Richard F. Burton.

Ao entrar em Minas Gerais, na altura de Juiz de Fora, o viajante seguiu por Barbacena e por outras localidades que citarei ao longo deste trabalho. Antes de chegar à junção dos rios São Francisco e das Velhas, Wells seguiu um trajeto entre os rios Paraopeba e das Velhas.

Ao chegar à embocadura do rio São Francisco com o rio das Velhas, a intenção dele era seguir aquele rio; porém, devido às cheias, foi preciso desviar sua rota, passando por Coração de Jesus e Santana de Contendas, voltando para as margens do rio em Januária, Jacaré (atual Itacarambi), Manga, Carinhanha e Bom Jesus da Lapa, na Bahia.

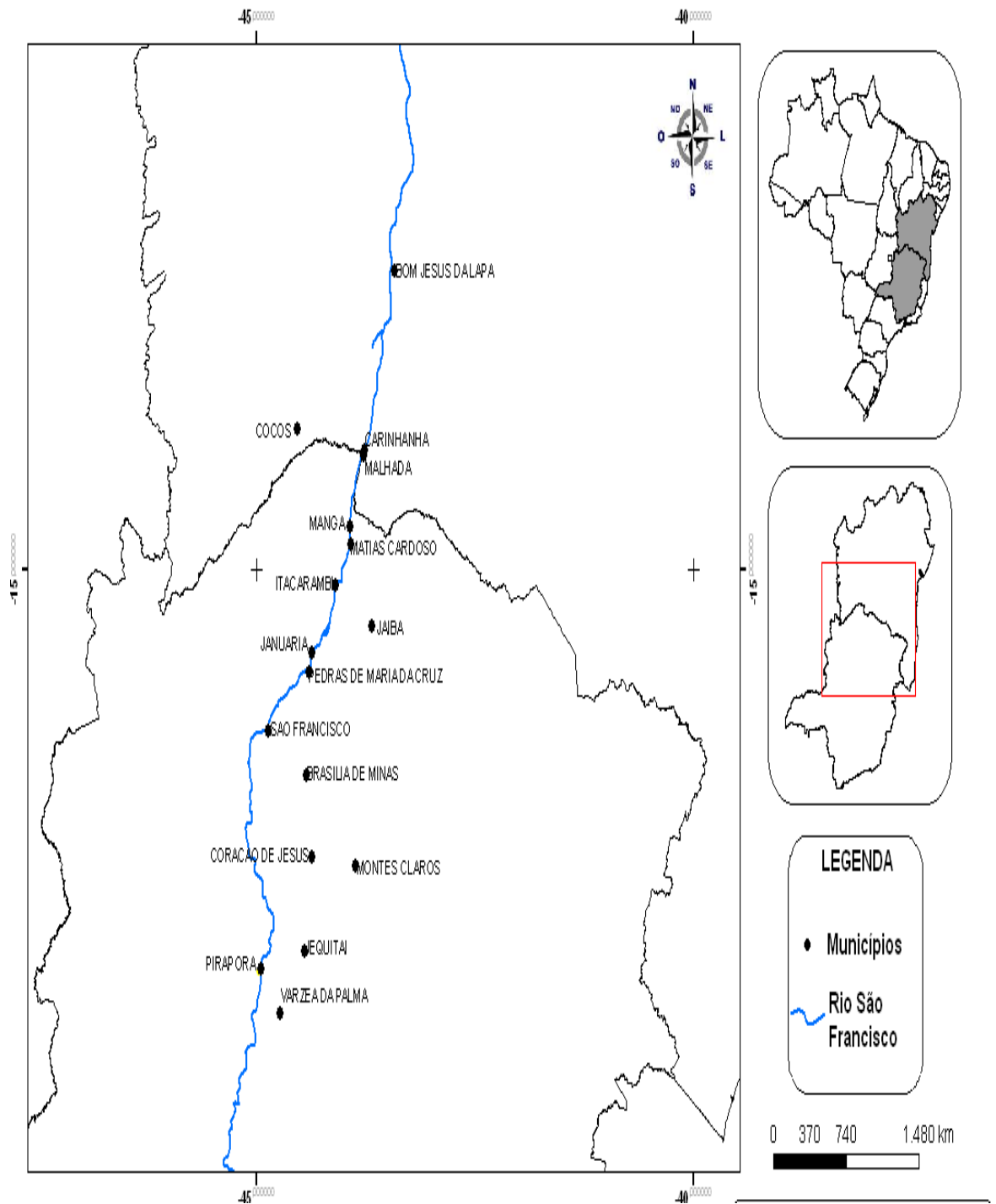


FIGURA 1 – Concepção geográfica do Professor Dr. Túlio do Laboratório de Ensino de Geografia da UFU.

A experiência do inglês Wells no Brasil se dá concomitantemente aos projetos de modernização das cidades do sudeste brasileiro e também à preocupação em melhorar a comunicação no território por meio da construção de estradas. A euforia de

modernizar o país e integrar o território nacional eram os assuntos prementes da agenda do governo brasileiro no fim do século.

Segundo Lessa,

A partir do império, as propostas para a constituição da soberania faziam, em grande parte, referência ao aparelhamento tecnológico do país, através da implantação de infra-estrutura, construindo redes de comunicação e, também, pelo crescimento dos pólos urbanos e a administração de suas “novas necessidades”, através de políticas públicas. Os precários caminhos feitos através de picadas abertas no mato ou pelos cursos de água, não correspondiam mais à “necessidade” de controle do território e da centralização do poder de forma hegemônica⁴.

Ao adotar a linguagem literária como fonte, a leitura do artigo da Maria do Rosário Peixoto⁵ me auxiliou principalmente quando a autora se propõe a pensar a literatura como linguagem que “lê e escreve sobre o real, isto é, reflete sobre a História e dela retira sua substância da qual se alimenta, e a matéria-prima que utiliza para criar seus mundos fictícios e, por isso mesmo tão reais”⁶.

Trata-se de um diálogo com Sandra Jatahi Pesavento⁷, sobre a relação literatura/história. Adoto o suposto desta autora, que diz respeito à multiplicidade de fontes que o historiador tem a seu dispor. De acordo com esta historiadora, o “pesquisador da área de história tem um mundo a sua disposição. Tudo ele pode transformar em fonte, desde que tenha um tema e uma pergunta formulada a partir de conceitos capazes de problematizar este tema”⁸.

Marcos A. Silva⁹, discutindo a relação entre a história e as outras linguagens, defende que a separação entre esses campos provoca maiores perdas para a produção do

⁴ LESSA, Simone Narciso. Trem-de-ferro: o mito da modernidade no sertão. In: BARBOSA, Carla Cristina. **Sertão: cultura e poder**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007.

⁵ PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. E as palavras têm segredos: literatura, utopia e linguagem na escritura de Ana Maria Machado. In: Maciel et. al. (Org.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. p. 156-75.

⁶ *Ibidem*, p. 160-61.

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahi. História e literatura: uma velha – nova história. In: COSTA, C. Botelho; MACHADO, Maria C. Tomaz. **História & Literatura**. Identidades e fronteiras. Uberlândia: Edufu, 2006.

⁸ *Ibidem*, p.19.

⁹ SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH-Marco Zero, v. 6, n. 1. p. 45-61, set. 1985/fev. 1986.

conhecimento histórico, uma vez que tal separação, justificada como condição para manter sua identidade, impede o diálogo deste com outros saberes. Mas, segundo este historiador, a interdisciplinaridade proporciona maior abrangência do campo de interpretação, auxiliando na constituição desta identidade.

Concordo com Silva, quando este afirma que a separação entre os campos do conhecimento seria mais prejudicial para o conhecimento histórico. Um exemplo interessante é esta pesquisa, que tem como fonte a linguagem literária. Se houvesse esta separação entre literatura e história seria impossível dialogar, refletir e questionar os relatos de viagens do século XIX, os quais nos possibilitam evidenciar e apreender os modos de vidas dos seguimentos populares analfabetos do período, que as pesquisas nos apontam ter sido a maioria. Estes relatos são riquíssimos ao nos proporcionar isto, são eles, juntamente com outros documentos oficiais, que nos possibilita compreender as histórias de vida dos brasileiros que estavam fora dos circuitos da escrita naquele período.

Esta pesquisa se distancia dos trabalhos que buscam reafirmar as leituras realizadas pelos setores hegemônicos da sociedade, nos quais os habitantes do “interior brasileiro” ora são apresentados como elementos perigosos, ora como pessoas indolentes e passivas. Portanto, como já coloquei acima, sinto que não convém concordar com nenhuma dessas leituras acerca dos sertanejos, devido à minha escolha política de buscar elementos que auxiliem no “redescobrimento” dos sertanejos como sujeitos sociais de suma importância na constituição da sociedade brasileira. Isto se torna possível a partir do momento que se questiona o porquê de trabalhos como o do Wells serem produzidos no período, quais eram as intenções de quem os fizeram, o que eles legitimavam.

Trabalhando “os documentos como expressão da experiência humana”, Pilar; Rosário; Khoury¹⁰ entendem a literatura como expressão das relações sociais existentes em certos períodos históricos, tendo por função modelar modos de agir e pensar. Ela pode avaliar o real à medida que problematiza a realidade.

Desse modo, verifica-se que a legitimidade conferida às diversas linguagens como fonte para a produção do conhecimento histórico relaciona-se ao caráter daquelas

¹⁰ VIEIRA, Maria do Pilar do Araújo et al. **A pesquisa em História**. 3. ed. São Paulo: Àtica, 1995.

de constituírem a realidade social, expressando-a e espelhando-a, como também construindo a identidade social.

Na leitura e análise da fonte, tomo por base o suposto da Peixoto, segundo o qual “as palavras têm segredos”. Ele auxilia ao indicar a necessidade de atentarmos para os possíveis sentidos das palavras, que comportam segredos tão valiosos para os historiadores como jóias raras, pois de posse deles, o pesquisador pode não apenas evitar que o passado caia no esquecimento, assim como redescobrir aquilo que foi encoberto.

Desse modo, por meio da linguagem literária, viso refletir sobre a experiência de vida dos sujeitos sertanejos, que são todos aqueles habitantes do espaço que delimitei e que está traçado no mapa da FIGURA 1. Abrangem trabalhadores livres, possuidores ou não de um pedaço de terra, incluindo negros livres e escravos, fazendeiros menos renomados, tropeiros responsáveis pelo transporte de alguns produtos para o interior, e que também, a meu ver, atuaram no processo de migração dos modos de vida de um espaço para outro, vendeiros, boticários, curandeiros e os barqueiros responsáveis pela manutenção do comércio entre o Norte de Minas e Bahia. São todas aquelas pessoas, que, apesar de estarem distantes dos grandes centros nos quais se organizava e emanava o poder político, viviam os embates e conflitos sociais travados entre os grupos portadores de interesses divergentes.

É importante salientar que esta diversidade de brasileiros que denomino de sertanejos não pode ser entendida como indivíduos com funções fixas, únicas desenvolvidas dentro da subdivisão que tracei no parágrafo anterior. Isto é, o trabalhador livre que cuidava de uma terra, não ficava só por conta das atividades daquela terra, em certas épocas do ano ele trabalhava nas terras de outros agricultores, ou desenvolvia outras atividades. O mesmo acontecia com os outros trabalhadores.

Alysson Luiz Freitas de Jesus¹¹, ao reavaliar a história do sertanejo norte mineiro, aponta que as imagens construídas pelos discursos sobre os sertanejos, e que

¹¹ JESUS, Alysson Luiz Freitas de. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – sec XVIII e XIX. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, Jul./Dez. 2006, p. 247-265.

contribuíram para formar a identidade desses sujeitos, estão em desacordo com os resultados “de pesquisas mais detidas sobre o tema”¹².

O autor traça o histórico do surgimento da categoria sertão, espaço no qual habita o sertanejo, e infere que, em parte da nossa historiografia, a categoria sertão aparece associada à “barbárie” e em oposição ao litoral “civilizado”¹³.

Num debate com Althusser, Thompson¹⁴ salienta que a experiência é produzida de forma espontânea no ser social, porém ela não se desvencilha do pensamento, já que os homens e mulheres são racionais e reflexivos sobre suas vidas e seu mundo. A experiência não se submete a nenhuma determinação e apresenta-se subitamente, expressando “crises de subsistência, mortes, guerras, genocídios e inflações”¹⁵. Assim, os sujeitos que sobrevivem destas experiências passam a pensar de forma diferente.

No século XIX, no Brasil, ocorreram algumas transformações, sendo algumas delas a independência, o fim do tráfico de escravos, resultante de pressões inglesas, e a lei de terras que “proibia a aquisição de terras públicas por outros meios que diferissem da compra, dando fim as formas de adquirir terras pela posse ou doações da coroa”¹⁶, junto às quais perdurou até o final do século, ou até as primeiras décadas do século seguinte, o impasse da formação da nacionalidade brasileira.

A literatura de viagens do Wells, linguagem com a qual dialogo, comporta uma série de questões cruciais, vividas e discutidas ao longo daquele século, que também estiveram presentes nas literaturas de viajantes predecessores.

Por meio dos relatos de viajantes – trabalhos de memória – os projetos de nacionalidade criaram os estereótipos para a população brasileira, ou, mais especificamente, para fins desse estudo, para os sertanejos. Desse modo, resta-me indagar qual a intenção de se criar essa memória em fins do século XIX.

¹² Segundo Alysson (2006, p. 256), a dissertação de mestrado de Edneila Rodrigues Chaves é um exemplo nesse sentido, por buscar “avaliar como se percebeu no cotidiano local a idéia de um mundo sertanejo e, mais importante ainda, questionar se a visão dicotômica (litoral-civilizado X sertão-bárbaro) era percebida e vivida pelas pessoas no século XIX”.

¹³ *Ibidem*, p. 255.

¹⁴ THOMPSON, E. P. A prática do materialismo histórico. In: _____. **A miséria da teoria**. Ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. p. 9-35.

¹⁵ *Op. Cit.* p. 17.

¹⁶ COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 171.

Para Heloísa Helena Cardoso¹⁷, a construção de memória que busca a hegemonia tende a eximir as lembranças pessoais repletas de sentidos sobre uma determinada época, visando, nesse entremeio, construir uma “permanência” e gerar “continuidades nas interpretações” que possam colocar certos “personagens ou instituições” como primordiais no “enredo histórico” que se busca perpetuar¹⁸.

Apesar de Cardoso analisar os significados do memorial JK, uma temática diferente da proposta deste trabalho, sua discussão sobre a construção da memória que busca tornar-se hegemônica, criando sentidos capazes de colocar “personagens ou instituições” no centro do enredo histórico, contribui muito com a reflexão que procuro desenvolver.

Nesta perspectiva, procuro promover uma leitura dessa memória hegemônica, que seja capaz de resgatar experiências, vivências e modos de vida das populações sertanejas, uma vez que elas portam significados ao explicitar tensões do campo social, que os grupos dominantes procuraram anular, por meio das interpretações que construíram.

Para tanto, adoto a “Lógica Histórica”¹⁹, produto do materialismo histórico, que nos possibilita trabalhar com o passado na sua relação com o presente e na perspectiva de futuro. Atualmente, diante dos avanços nas discussões a esse respeito, não faz sentido estudar o passado por ele mesmo. É necessário adotar uma postura que privilegia a inter-relação entre presente, passado e futuro, sendo que o presente deve ser nosso ponto de partida, pois nele é que surgem as questões dos historiadores.

Thompson discute a Lógica Histórica como um elemento característico e adequado ao material do historiador. Ela difere e não se encaixa nos supostos da lógica da física, nem da filosofia, por ser adequada aos fenômenos em transformação. A Lógica Histórica, citando este autor é

[...] um método lógico de investigação adequado aos materiais históricos, destinados, na medida do possível, a testar hipóteses

¹⁷ CARDOSO, Heloísa Helena. *Memórias e imagens: repensando os significados do MEMORIAL JK*. In: Laura et al. (Org.). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olhos d'água, 2006. p.177-193.

¹⁸ Ibidem, p. 180.

¹⁹ Ver sobre esse assunto: THOMPSON, E. P. *Intervalo: a lógica histórica. A miséria da teoria. Ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981. p. 47-62.

quanto à estrutura, causação etc, e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”)²⁰.

Regina Ilka Vasconcelos²¹, ao analisar a Lógica Histórica, capítulo sétimo do livro *A miséria da teoria*, aponta que a peculiaridade dessa lógica *reside nos fenômenos com os quais trabalhamos...* Lógica que se desenvolve na medida em que o historiador consegue estabelecer o diálogo entre os conceitos e as evidências²².

Segundo Noé Freire Sandes²³, a data 07 de setembro é uma construção simbólica, que expressa a construção do nacional, passando a ocupar um lugar de memória, sendo ainda retomada em algumas escolas como símbolo da nacionalidade brasileira.

No processo de invenção da identidade nacional brasileira, memória e história se confundiram. Durante muito tempo, a historiografia e o ensino de história foram os canais de expressão da memória, apresentada como história.

A memória nacional, a qual tanto se referem como história, ao exercer a transformação simbólica da realidade social “não coincide com a memória particular dos grupos populares”²⁴.

Para Beatriz Sarlo²⁵, o passado é conflituoso e a história e a memória a ele se referem em concorrência. Isto se relaciona à proposta da Lógica Histórica que coloca a “história” no campo das tensões sociais²⁶. Sendo assim, torna-se necessário entender a construção dessa memória sobre os sertanejos não como história, como tem sido feito, mas como ações que envolvem disputas, conflitos e relações de poder, reconhecendo o passado, objeto tanto da história quanto da memória, como dinâmico.

²⁰ Ibidem, p. 49.

²¹ VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. *Cultura e Memória: notas sobre a construção da lógica histórica na pesquisa audiovisual de História Oral*. In: _____. **Outras Histórias: memórias e linguagens**. (Org.) Laura et. al. São Paulo: Olhos D’Água, 2006. p. 218-238.

²² Op. Cit. p. 221.

²³ SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação: entre a monarquia e a república**. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

²⁴ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁵ SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Cia. das Letras/Ed. UFMG, 2007.

²⁶ Ibidem, p. 9.

Desse modo, minha tentativa de descobrir os sertanejos como sujeitos sociais ativos na constituição da sociedade brasileira exige ressaltar o embate travado entre memória e história. Confundi-las é desconsiderar as lutas travadas entre os grupos em disputa pelo poder e colaborar com a difusão da ideia de consentimento.

Os relatos do viajante Wells nos possibilitam captar os conflitos que se estabeleciam entre o estrangeiro e os brasileiros, dos quais me interessa muitíssimo as diversas formas em que os sertanejos, nesses contatos com o “outro”, procuraram fazer conhecer os significados de suas práticas. É possível perceber, principalmente nos diálogos entre os sertanejos e o inglês, a tentativa daqueles em instruir o “outro”, mostrando-lhe que suas “formas de viver e também de se relacionar com a vida” cumpriam um papel primordial para aqueles sujeitos que integravam aquele meio.

De acordo com Raphael Samuel²⁷, a memória é “uma força ativa e dinâmica”. A memória busca esquecer; e, por conseguinte, tem muita importância o que ela lembra. Ela guarda estreita relação com o pensamento histórico e “é historicamente condicionada”, mudando suas características de acordo com o que “emerge no momento”. A memória tem a capacidade de comportar traços da experiência humana, mesmo que esta experiência sofra grandes modificações²⁸.

Ao analisar os textos do Benjamin, *Experiência e Pobreza e o Narrador*, Gagnebin aponta que, neste último, o autor além de constatar o fim da narração tradicional, esboça a ideia de uma “narração nas ruínas da narrativa, uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas”²⁹.

Em outras palavras, o que a autora afirma é que a função do narrador/historiador é transmitir aquilo que a memória oficial não quis recordar, explicitando o inenarrável. Para tal, é necessário romper com a linearidade que compõe as narrativas com as quais trabalhamos. Dessa forma, ao recolher os cacos, o historiador também se torna testemunha.

²⁷ SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**, n. 14, Fev. 1997, p. 41-81.

²⁸ Ibidem, p. 44.

²⁹ GAGNEBIN, J. M. Memória, História e Testemunho. In: BRESCIANI, M. Naxara M. **Memória (re)sentimento**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2001. p. 85-94.

Assim, no processo de rememorar, é preciso destinar uma atenção especial ao esquecido, aos brancos, pois eles têm muito a nos dizer. A rememoração precisa está associada ao presente, isto para que a volta ao passado não se faça apenas a fim de ser fiel ao mesmo, mas que este trajeto, essa nossa relação com o passado, tenha por finalidade transformar o presente:

Tal rememoração implica em certa ascese da atividade historiadora, que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalcado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, particularmente a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente³⁰.

Desse modo, dividi este trabalho em três momentos. No capítulo 1, intitulado *Explorando e viajando Três mil milhas através do Brasil*, no qual inicio a leitura da obra de James Wells, com a finalidade fazer uma apresentação da mesma.

No capítulo 2, apresento e analiso como o viajante constrói os estereótipos sobre os sertanejos. Já no último capítulo, intitulado *Modos de vida dos sertanejos em Wells*, busco apreender alguns modos de vida dos sertanejos apontando como eles mudaram ou não ao longo do século XX.

³⁰ Ibidem, p. 91.

CAPÍTULO 1

EXPLORANDO E VIAJANDO TRÊS MIL MILHAS ATRAVÉS DO BRASIL

Neste capítulo, pretendo fazer uma leitura que tem por finalidade informar os leitores sobre a obra de Wells. Atento mais para uma apresentação capaz de propiciar ao leitor o conhecimento do que relatou o viajante inglês, para além dos meus objetivos neste trabalho, que são apreender na escrita do viajante as significações dos modos de vida dos sertanejos norte-mineiros, encobertos por meio de uma memória forjada pelos setores dominantes e compreender quais os motivos da obra do Wells ser produzida naquele período portando este conteúdo.

O título da obra, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil*, corresponde ao trajeto percorrido pelo viajante, desde sua saída de Minas Gerais na altura de Capela Nova Betim, passando por Goiás, Bahia e finalizando no Maranhão.

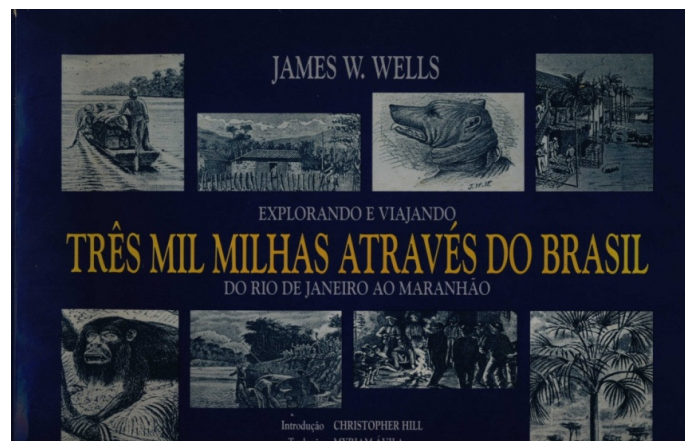


FIGURA 2 – Capa do volume 1 da obra Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil.

O século XIX marcou o momento de institucionalização da História, sendo que na Europa exerceu grande influência no processo de formação dos Estados Nacionais.

No Brasil, esse processo se deu de forma diferente, é claro, devido a, então, ainda não existir universidades, ficando, assim, a cargo da elite a construção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição responsável por construir a História da nação brasileira.

Apesar dessa peculiaridade, a História da nação brasileira adotou como modelo a realidade europeia.

Para Guimarães, a criação do IHGB em 1838 tinha a finalidade de construir uma História capaz de desvendar a origem da nação. Tarefa um tanto complicada, devido à heterogeneidade da população brasileira, composta por negros, indígenas e europeus. Essa diversidade fugia do projeto de nação, representante do ideal de civilização conforme se pretendia³¹.

Em *Idéias gerais sobre a história do Brasil*, Martius propôs considerar a contribuição do indígena, do africano e do europeu para a formação da nacionalidade brasileira. Na visão deste historiador, esta última raça predominou sobre as duas outras – negra e indígena – e “se apresentou como o mais poderoso e essencial motor”³².

Sobre o projeto de nação representante da civilidade, Callaris coloca que

Esse projeto nacional incluía, além da defesa da Monarquia, a apologia da centralização (o que se refletia na própria concepção do IHGB como núcleo produtor de saber) e do catolicismo, alicerce da nacionalidade. O caminho para a tão almejada civilização, pensada segundo moldes europeus, deveria passar, inevitavelmente, pela educação, elemento fundamental para a unificação ideológica das elites³³.

Para o pensamento vigente no período, a civilização só seria possível pela intermediação da educação. Surge daí a preocupação da elite em educar seus filhos nas primeiras letras, seguindo o curso secundário e, por fim, o curso superior, que geralmente era a formação jurídica em São Paulo ou Recife.

³¹ GUIMARÃES, Manoel Luíz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

³² Ver MARTIUS, Carlos Frederico Von. Como se deve escrever a história do Brasil, **Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 24, janeiro de 1845.

³³ CALLARIS, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2001, n. 40, p. 59-83.

Assim, a educação tornou-se um elemento para a formação da elite, responsável pela unificação desse segmento social, segurando-lhe a tarefa de conduzir os rumos da nação. Ao longo deste século, os dirigentes políticos se empenharam na tarefa de construir a nação brasileira.

A noção de História que leva em consideração as disputas entre os vários projetos para adquirir hegemonia no social, assim como o suposto do Thompson³⁴, segundo o qual cada nova geração tem o direito de formular questões que sejam diferentes daquelas formuladas pelas gerações anteriores; a meu ver, conferem legitimidade à minha pretensão de descobrir os sujeitos sertanejos como agente de sua própria história.

A respeito das escolhas e de suas significações para o historiador, Thompson nos adverte:

O que podemos fazer é nos identificarmos com certos valores aceitos no passado e rejeitar outros. [...] pois estamos dizendo que esses e não aqueles, são os que tornam a história significativa para nós, e que esses são os valores que pretendemos ampliar e manter em nosso presente³⁵.

É importante ressaltar que, dos meados para o fim do século XIX, o evolucionismo, o darwinismo social e o positivismo eram teorias que estavam no auge no continente europeu e que, a partir de 1870, passaram a exercer muita influência na intelectualidade brasileira. O evolucionismo como teoria legitimava a superioridade do povo europeu e dava vazão às práticas imperialistas que ganhavam força naquele momento.

Sendo a Europa o modelo de civilização e progresso para o restante da humanidade, restava aos povos que dela diferissem a caracterização de atrasados. A tutela dos povos civilizados, os europeus, aos povos tidos como inferiores promoveria o desenvolvimento físico, psicológico e moral destes, possibilitando-os tornarem civilizados no futuro, por meio do “branqueamento da sua população”³⁶ e adoção dos costumes e percepções do mundo europeu.

³⁴ THOMPSON, E. P. **Intervalo**: a lógica histórica. p. 53.

³⁵ Idem Ibidem, p. 53.

³⁶ ORTIZ, op. Cit. p. 21.

Hernandez³⁷, ao discutir a invenção da África, auxilia-nos a compreender a construção dos estereótipos e pré-noções presentes nos escritos do século XIX sobre os povos não europeus. Para ela, a constituição do “saber moderno”, com origem no racionalismo do século XVI, consolida-se em fins dos séculos XVIII e início do XIX, fundamentando os colonialismos do final deste século, voltados não só para o continente africano, mas também para a América e para Ásia.

Cabe citar um trecho desta historiadora que, apesar de tratar sobre a África, comporta semelhança com a discussão que busco desenvolver a respeito da construção dos estereótipos sobre os sertanejos brasileiros. Assim, segundo Hernandez, nos tempos modernos, o saber ocidental reveste-se de uma legitimidade científica passando a construir “uma nova consciência planetária composta por visões de mundo, estereótipos e auto-imagens que compõem um ‘olhar imperial’ sobre o universo”³⁸.

Portanto, é a partir do século XVIII que se intensifica o empenho da Europa em “redescobrir” o novo mundo com a intenção de apropriar-se cientificamente de sua natureza “selvagem”. Nesta empreitada, os viajantes tiveram um papel fundamental. Portadores de um conhecimento que lhes davam *status*, eles organizavam suas viagens inaugurando “novos modelos burgueses de subjetividade e uma nova fase territorial do capitalismo, estimulada por fatores como a expansão do comércio costeiro doméstico, rivalidades nacionais e a busca de matéria-prima”³⁹. Dessa forma, a visão de mundo desses viajantes sofria a influência do eurocentrismo presente nas ideias dos pensadores e filósofos do período, tais como Hegel, Thomas Hobbes, Montesquieu.

Segundo Flora Medeiros Lahuerta,

Hegel, por exemplo, via na ausência de uma história de legados humanos a prova de inferioridade dos habitantes americanos. Nota-se nessa idéia a preocupação em provar a superioridade da civilização européia em relação às demais, a qual irá permear os trabalhos de pensadores como Montesquieu – ao desenvolver sua teoria climática, que tentava constatar a inferioridade dos homens dos trópicos – e de Thomas Hobbes, ao dizer que o estado de natureza era a barbárie, e

³⁷ Sobre essa discussão, ver HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

³⁸ Ibidem, p. 17-18.

³⁹ SECO, Ana Paula. **Viagens das luzes: em busca da cientificidade**. Disponível em: WWW.histedBr.fal.unicamp.br. Acesso em: 12 maio 2010.

que as leis eram necessárias para conter o medo e a desordem que reinam no mundo selvagem⁴⁰.

Diferentemente dos naturalistas que vinham para o Brasil recolher e classificar espécies de plantas e animais, Wells pretendia ganhar dinheiro trabalhando no país. Jovem e recém-formado em engenharia, ele tinha o sonho de estruturar-se financeiramente no Brasil. No entanto, as dificuldades enfrentadas por ele ao longo da viagem para o país sul-africano fizeram com que ele desistisse desse sonho.

O fato de Wells discordar dos projetos de modernização empreendidos pelo governo brasileiro, ou melhor, do projeto de levar melhorias para as distantes regiões do interior brasileiro é um dos motivos que o levaram a não querer viver no Brasil. Para ele, “São os distritos próximos da ferrovia que deveriam ser colonizados e desenvolvidos, e não as províncias distantes do interior”.

O autor relata sua visita a um colega engenheiro que residia em São Gonçalo da Ponte, expressando seu espanto com a situação que presenciava.

Sobre isso Wells aponta:

[...] tínhamos, naturalmente, esperado encontrar acomodações primitivas e sem conforto, mas não um lugar tão desolado para se prover de ferrovia. De qualquer maneira, isso só dizia respeito aos poderes envolvidos – nossa obrigação era fazer os levantamentos.⁴¹

O trecho acima demonstra que o viajante era contrário à tarefa de levar o desenvolvimento para o interior do país, conforme faziam os administradores brasileiros no período. Para Wells, os distritos pertos das ferrovias deveriam ser desenvolvidos e colonizados. Isto é, entendia-se que para ele somente a colonização inglesa daria conta de resolver o problema do Brasil.

⁴⁰ LAHUERTA, F. Medeiros. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, v. 1, n. 218. Disponible em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>. Acesso em: março 2010.

⁴¹ Wells, I, p.104.

Wells relata os costumes do povo do interior brasileiro, apontando aspectos dos seus modos de falar, vestir, morar, alimentar, divertir e trabalhar. Modos estes que também busco apreender neste estudo.

Mesmo destinando muitas páginas para a descrição da flora, fauna, relevo e hidrografia, Wells tinha maior interesse por observar o modo de produção dos vários gêneros de consumo de cada região, o comércio, os meios de transportes, analisando quais tipos seriam mais adequados para as mesmas. Em várias passagens da obra, ele aponta a necessidade de utilizar a riqueza das terras brasileiras para expandir a importação e a exportação brasileiras, inserindo o Brasil no comércio com a Europa.

Desse modo, espantado com a riqueza das terras, das florestas e dos rios, o inglês relata tudo isso minuciosamente, para informar seus conterrâneos sobre os possíveis lucros que a Inglaterra obteria caso resolvesse investir no vasto território brasileiro; construindo pontes, linhas férreas, criando estradas, utilizando o potencial navegável dos rios e explorando as terras ricas em minério de ferro, ouro e diamante. Tudo isso realizado com capital e mão-de-obra dos ingleses, uma vez que Wells estava convencido da viabilidade da emigração inglesa para o Brasil como forma de aproveitar toda a riqueza da terra. Nesta concepção, os ingleses liderariam a modernização do Brasil, já que os brasileiros não tinham “ânimo” nem “capacidade” e muito menos “capital” para tal empresa.

No primeiro capítulo do livro, intitulado *Rio de Janeiro*, Wells narra os diversos episódios de sua viagem de Southampton⁴² até a então capital do Brasil. Ele ainda faz uma extensa descrição do porto fluminense, demonstrando muito entusiasmo frente ao cenário com o qual se deparava. Além disso, o engenheiro relatou a movimentação do comércio, descreveu os prédios públicos e as produções musicais e artísticas brasileiras.

Na leitura do primeiro capítulo, percebe-se que Wells traça uma contraposição entre Europa/Brasil que se estende, posteriormente, para o Rio de Janeiro/interior. Ao observar a arte, o comércio e a moda no Rio de Janeiro, Wells deixar transparecer que no Brasil estas questões estão engatinhando se comparadas aos estágios que elas ocupavam na Europa. Observando a arquitetura dos prédios públicos da capital

⁴² Cidade inglesa, situada ao sul e conhecida também por sua universidade.

brasileira, o viajante infere que ela comporta uma mistura de estilos, que demonstra o desconhecimento dos brasileiros sobre arquitetura.

Neste capítulo, o viajante estabelece a polarização entre litoral e sertão. Este aparece como espaço da decadência e da estagnação, no qual dificilmente se tem notícias do que se passa em outras partes do mundo. Já o litoral nos é apresentado por Wells, em relação ao interior, como lugar movimentado, no qual é possível um europeu viver sem sofrer drasticamente o efeito dos costumes locais, devido ao contato que o litoral estabelece com a Europa.

Para Wells, seu leitor precisa ter ideia da dinâmica que permeia a vida no Rio, antes de se deparar com os relatos sobre a estagnação da vida no interior:

[...] seria de interesse para o leitor obter uma visão de seu estado presente, seus belos subúrbios..., e muitas outras evidências da riqueza centralizada e do luxo da capital deste vasto país [...], seu estágio de vida, movimentação e negócios, antes que ele leia acerca das vilas e arraiais monótonos, sonolentos e decadentes, e das enfarruscadas localidades do interior.⁴³

A vivacidade da flora que cerca as habitações do litoral também ganha espaço nesse relato, assim como a variedade de embarcações de várias nacionalidades, “corvetas de madeira e encouraçados, cruzadores e vapores oceânicos estrangeiros, ingleses, americanos, franceses, italianos de todas as nacionalidades”.⁴⁴

Ao chegar ao porto do Rio de Janeiro, o engenheiro se deslumbra com a paisagem que se desponta a sua frente, “[...] a entrada do porto do Rio de Janeiro. Parece um verdadeiro dédalo de cume e formas ásperas, [...] o cenário é magnífico em forma e rico em cor, um verdadeiro sonho do país das maravilhas”.⁴⁵

⁴³ Wells, I, p.37.

⁴⁴ Ibidem, I, p.41.

⁴⁵ Ibidem, I, p.39.



FIGURA 3 – Com a seguinte legenda: O Cais de Mineiros e a Catedral da Calendária com vista do Concorrado à distancia.

FONTE: WELLS, J. James, 1995, p. 43.

Assim como os viajantes que estiveram no país e tiveram oportunidade de publicar suas experiências, Wells se ateu na descrição das dificuldades que ele e seus homens enfrentaram para se locomover em muitos trechos nas viagens, “[...] em muitos lugares tão emaranhado que tínhamos de cortar picadas com machados e foices, e a encosta era tão íngreme que segui montado estava fora de questão”.⁴⁶

O autor se alonga em descrever o incômodo provocado pelas moscas de bernes, carrapatos, mosquitos e cobras. A falta de estradas e de pontes também não passa despercebida pelo viajante que, no período, trabalhava com a finalidade de analisar as possibilidades de viabilizar a comunicação e o tráfego entre várias regiões do território brasileiro.

Nas observações sobre o comércio na cidade do Rio, o inglês infere que os comerciantes são, em sua maioria, estrangeiros porque os brasileiros preferem viver na semi-privação, como funcionário público do que trabalhar no comércio:

A maior parte dos comerciantes compõe-se de estrangeiros, portugueses, franceses, alemães e pouquíssimos ingleses, pois um

⁴⁶ Ibidem, I, p. 285-286.

brasileiro prefere levar uma vida de semiprivação como funcionário público do que manter uma loja.⁴⁷

Contemplando a paisagem do Rio de Janeiro, Wells questiona para onde teriam ido os indígenas que habitavam a região quando os europeus aqui chegaram: “a grande nação dos Tamoios; os Carijós ou Guarás; os Goitacases e os Guaianases”; o autor infere que esses povos de todo não desapareceram, pois ainda existiriam muitas de suas características nos habitantes do campo.

O viajante observou que era necessário ampliar algumas ruas do Rio para viabilizar o trânsito, economizando “tempo e esforço”. O relato do conflito estabelecido entre os motoristas e os passageiros dos bondes e um carroceiro devido a uma interrupção do trânsito por este último, ao descarregar seu carro em uma loja, comprova o estreitamento das ruas, resultante da inadequada estruturação da cidade para comportar as transformações que ocorriam naquele momento:

[...] filas de bondes encontram-se bloqueadas, enquanto um carro de bois descarrega sua carga em alguma loja; os condutores dos bondes apelam ao carroceiro para que remova o seu carro; os passageiros enfurecem-se ou descem e seguem a pé; o carroceiro pára seu trabalho, encara sordidamente os condutores e, no íntimo, rejubila-se com a oportunidade de causar tumulto; [...] a carroça permanece parada e mais bondes chegam; nenhum policial ativo aparece para dizer: ‘circulando’! pois este é um país da liberdade, e o carroceiro livre e independente gasta o tempo que bem lhe apetece.⁴⁸

Para Wells, o incidente gerou desperdício de tempo devido ao excesso de liberdade existente no país, maximizado pela ausência de um policiamento mais eficaz. Verifica-se, no relato, que a estruturação das cidades litorâneas do período colonial estava ultrapassada, precisando, portanto, ser reformulada para atender às necessidades do período, ou seja, era preciso *modernizar* as cidades, adequando-as à lógica do capitalismo moderno.

⁴⁷ Ibidem, I, p.54.

⁴⁸ Ibidem, I, p.43.

Wells também notou a presença de vadios e preguiçosos nas ruas movimentadas da capital brasileira. De acordo com o engenheiro, apesar do movimento constante, “grande número de vadios e preguiçosos são vistos por toda parte”.⁴⁹

A curiosidade dos brasileiros sobre os estrangeiros não passou abatida nas observações do viajante:

Ao subir qualquer das ruas silenciosas [...], você verá, na frente e atrás de si, uma longa fileira de cabeças esticadas, com os olhos todos focalizados..., e comentários audíveis são feitos acerca de sua aparência ou de peças de sua vestimenta, algumas vezes muitos lisonjeiros, outras vezes o contrário.⁵⁰

O viajante aponta a existência de um comércio significativo em Barbacena, que exportava para o interior “rapadura, cachaça, milho, feijão, farinha, couro e tabaco” e importava “sal, ferragens, louça, produto de Manchester, secos e molhados e óleo de parafina”.⁵¹ Nota-se que os produtos exportados para o interior eram todos provenientes da produção agrícola. Observando os produtos importados para Barbacena, é possível deduzir que um grupo de pessoas mais favorecidas financeiramente, ou melhor, a elite desta cidade tinha acesso aos produtos europeus.

Os negros livres do interior eram os melhores trabalhadores brasileiros na concepção do viajante. Relatando sua hospedagem na casa de um negro livre, “nossos hospedeiros eram prósperos e, portanto industrioso, casal de negros...”, sua casa construída de adobe, “tinha, no entanto, uma aparência limpa e confortável”.⁵² Wells também expressa suas objeções a respeito dos negros livres no relato sobre a fazenda *Barreiros*, no Norte de Minas, pequena propriedade de um negro, toda plantada e cuidada pela família que trabalhava duro no campo.

Para o autor inglês, “A despeito de tudo o que tem sido escrito e dito sobre a indolência do negro, observo que no interior do Brasil o negro livre é o trabalhador; os negros puros são de longe os habitantes mais inteligentes e industriosos”.⁵³ Essa

⁴⁹ Ibidem, I, p.53.

⁵⁰ Ibidem, I, p.56.

⁵¹ Ibidem, I, p.92.

⁵² Ibidem, I, p.93.

⁵³ Ibidem, I, p.284.

admiração do viajante sobre a coragem dos negros livres deve ser entendida como uma forma de acentuar a preguiça dos trabalhadores livres não negros, a respeito dos quais as autoridades políticas discutiam maneiras de os enquadrar no trabalho disciplinado.

As terras na região de Capela Nova foram descritas como muito férteis, pois produziam mesmo com pouco cultivo. Nessa região, segundo o inglês, não existia falta absoluta de comida, todos plantavam seus milhos, dos quais faziam o angu e, assim, ninguém morria de fome: “A pobreza que existe se deve pura e simplesmente à extrema preguiça”.⁵⁴

Ao visitar uma fábrica de algodão dos Mascarenhas, nos arredores de Santa Quitéria, Wells admira a organização e a boa administração dos seus proprietários, aproveitando para elogiar a mudança dos modos dos trabalhadores. Eles aparentavam ser felizes, bem vestidos, limpos, econômicos e sóbrios. Para Wells, a disciplina e a diligência mudariam de forma espantosa esses brasileiros: “Que mudança a diligência e a disciplina operaram nessas pessoas! Que diferença do habitual esbanjamento, semidesnutrição e inutilidade de suas vidas”.

Essa inutilidade Wells constata nos moradores do arraial por nome Bagre:

As portas abertas das casas mostravam a sórdida desolação habitual – não fazer nada, fumar e conversar, parecia ser a ocupação principal. É realmente incrível, nesses arraiais, ver o número de pessoas ociosas, desocupadas, recostadas, acoradas, bocejando terrivelmente, vencidas por um tédio perpétuo e uma vida sem objetivo [...] ⁵⁵

Andando pelas fazendas da região circunvizinha a Bagre à procura de trabalhadores o engenheiro relatou que ao escolher alguns homens para trabalhar com ele

[...] foi me dado a entender que estavam fazendo um grande favor a entrar ao meu serviço. Um homem que cochilava em banco, em resposta a minha pergunta se ele queria trabalhar para mim, deu um terrível bocejo e disse que talvez em uma ou duas semanas pudesse ir, mas que agora estava muito ocupado; ele parecia ter passado uma semana dormindo.⁵⁶

⁵⁴ Ibidem, I, p.106.

⁵⁵ Ibidem, I, p.215.

⁵⁶ Ibidem, I, p.215.

Para Wells, a febre amarela que assolava o vale do alto São Francisco poderia ser exterminada se fossem construídos drenos e escoadouros no local, mas essa tarefa não se pode esperar do “matuto brasileiro”, que é muito conservador e que sempre, diante de situações de melhoria, diz não está “acostumado”.

No capítulo seguinte, busco ler essa obra com os objetivos de compreender a intenção de se construir essa memória estereotipada sobre os sertanejos no período, bem como apreender, na medida do possível, os significados dos modos de vida dos sertanejos, visto que tais significados foram anulados, permanecendo assim durante muito tempo.

CAPÍTULO 2

WELLS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE OS SERTANEJOS

Passo, agora, a analisar os estereótipos sobre os brasileiros do interior, presentes nos relatos e nas figuras em Wells.

Relatando uma desavença entre os homens que o acompanhava para realização dos serviços ao longo da viagem: “esses homens brigam como crianças, mas sua atenção é igualmente fácil de distrair e eles são geralmente muito manejáveis”,⁵⁷

Nota-se que, para o inglês, os brasileiros recrutados ao longo das localidades do interior, apesar de violentos, eram fáceis de serem persuadidos. No pequeno trecho acima, Wells nos apresenta dois elementos que, na sua visão, são próprios do homem do interior; a violência, que em alguns trabalhos de História atuais⁵⁸ aparece como característica inerente ao sertanejo e à infantilidade ou menoridade expressa na comparação que ele faz desses homens com crianças. Nesta analogia, entendo que o viajante afirmava que os trabalhadores necessitavam de alguém para tutelá-los, uma vez que seriam incapazes de agir racionalmente por não serem *maiores*.

Estando em São Gonçalo da Ponte, região do Paraopeba, atual Belo Vale, Wells coloca que “a pobreza que existe se deve pura e simplesmente à extrema preguiça”. Ou seja, o que o viajante está nos apresentando é que existiriam todas as condições para não existir pobreza em São Gonçalo. Condições como terra e clima excelentes à disposição dos pobres e ricos; todavia, mesmo assim as pessoas do local viviam na pobreza. Percebe-se que a culpa pela situação presenciada foi atribuída aos moradores, uma vez que, segundo o autor, eles tinham todas as condições necessárias para erradicar a pobreza, mas não o faziam.

⁵⁷ Ibidem, I, p.192.

⁵⁸ Sobre esse assunto, ver Alysson Luiz Freitas de Jesus, em *O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – sec XVIII e XIX*, obra em que contesta a tese de Célia Nonato da Silva, na qual a autora discute a valentia e a defesa da honra como características específicas do mundo rural, visto que “a cultura política do mandonismo local” não se extingue com a centralização via câmaras municipais. “Definindo a região como ‘zona bandida’, a autora deixa pouco espaço para outras formas de existência cotidiana dos sertanejos que não seja aquelas baseadas no uso da força.

Mais uma vez nos defrontamos com a ideia da menoridade dos brasileiros, que mesmo tendo tudo a seu dispor não conseguiam sair da situação em que se encontravam. No entanto, entendo que essa era uma representação que se construía no período sobre os brasileiros do interior, como forma de justificar a necessidade dos projetos de modernização, e também de conceder aos representantes da “civilização” a tarefa de tutelar os “menores” e “incapazes”. Percebe-se que, no lugar de constatar as reais causas pelas quais os moradores de São Gonçalo ou até mesmo de todo o interior estavam na pobreza, das quais cito a incompetência das autoridades constituídas, fez-se o inverso.

Ao relatar a dificuldade para conseguir mantimentos nas proximidades da vila de Bagre, Wells mais uma vez atribui a causa da pobreza aos brasileiros:

A causa da pobreza vem do próprio povo, que por gerações de vida não teve qualquer estímulo ao trabalho regular e, como todos produzem as mesmas coisas, sabem que, se a demanda dos pequenos mercados locais for ultrapassada, os preços não serão compensadores

No trecho acima, Wells estabelece associação entre pobreza e ausência de trabalho regular, a fim de justificar o propósito de fazer com que os sertanejos interiorizassem a disciplina do trabalho, mudando seu modo de relacionar com o tempo.

Thompson⁵⁹ discute a mudança na concepção de tempo na Europa datada a partir do século XIV até meados do século XVII. Desse modo, o autor trata o surgimento do contraste entre o tempo do relógio e o tempo da natureza, buscando entender até que ponto esta mudança interferiu na disciplina do trabalho e até que ponto influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores. O autor conclui que as mudanças iniciadas desde o século XIV exerceram grande influência na fase de transição para a sociedade industrial, ao propiciar uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho e criar novas disciplinas. Ou seja, a mudança nos primórdios do capitalismo em relação à forma de conceber o tempo interferiu diretamente na relação dos camponeses com o mesmo, a ponto de gerar a necessidade de reestruturar sua “notação interna do tempo”.

⁵⁹ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 267-304.

Quando o viajante se depara, em vários lugarejos do interior, com uma produção agrícola mais voltada para a subsistência, estabelece a associação entre a ausência do trabalho sistemático e a pobreza do lugar.

No interior do Brasil, os trabalhadores livres ou sertanejos tinham uma forma específica de se relacionar com o tempo. A ausência de divisão do trabalho e a variedade de tarefas ligadas à agricultura, à criação de animais, à pesca e ao artesanato desempenhada pelos sertanejos comprova a intensa relação que existia entre essa forma de trabalho e a “lógica irregular da natureza”⁶⁰.

Em meados do século XIX, por ocasião do fim do tráfico de escravo, é que houve a preocupação em disciplinar os trabalhadores livres do Brasil, ganhando-se destaque nas discussões dos grupos dominantes.

Mesmo que Wells participasse da construção de uma memória estereotipada sobre os sertanejos, alguns dos seus relatos deixaram escapar elementos que contradiziam as imagens que o autor procurava representar. Para melhor entender o que procuro explicitar é preciso analisar o trecho seguinte:

É tão estranho que estas pessoas, geralmente tão preguiçosas e dissolutas, possam ocasionalmente ser capazes de um tal ímpeto de trabalho extremamente duro como este, sustentado sem uma pausa por nove horas [...] ⁶¹.

Aqui, cabe questionar para quem, ou na análise de quem, os remadores recrutados eram preguiçosos, pois acredito que eles não se sentiam como tal. O espanto do Wells em relação à capacidade dos remadores de trabalhar muitas horas seguidas demonstra que, apesar de lidarem de forma muito diferente do inglês, com o trabalho e o tempo, os brasileiros remadores trabalhavam a seu modo.

⁶⁰ BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**. São Paulo: Unesp, 2002. p. 01-243.

⁶¹ Wells, op. cit., p. 264.

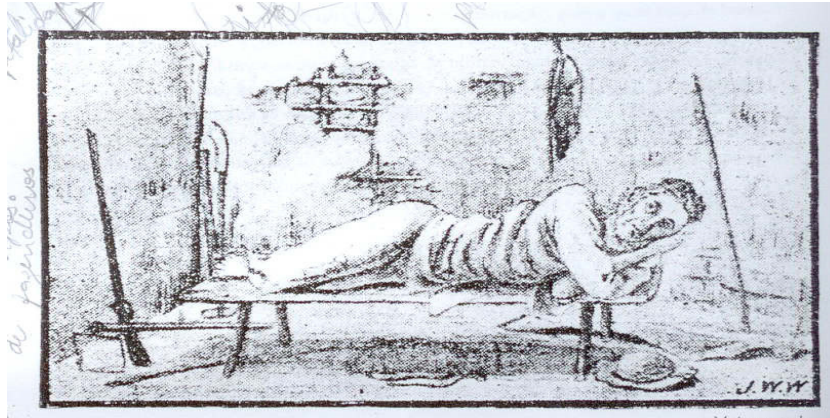


FIGURA 4 – Com a seguinte legenda: “muito ocupado”.

FONTE: WELLS, J. James, 1995, p. 215.

A FIGURA 4 reforça os significados que os setores dominantes da sociedade buscavam construir sobre os brasileiros. Ela nos apresenta um espaço que, provavelmente, seria a sala da casa de um sertanejo, no qual inexistiam mobílias, à exceção do banco em que o morador está deitado.

A expressão “muito ocupado”, que aparece na legenda da figura 4, é bastante sugestiva, pois nos apresenta de forma irônica a diferença entre as concepções de trabalho do inglês e do sertanejo. Na figura 4, o sertanejo se encontra deitado no banco com a tez descaída, seus instrumentos de trabalho encostados pelos cantos e a parede no fundo com alguns buracos, demonstrando que o reboco estava se desfazendo. Essas características reforçam a memória que se construía no período, a dos sertanejos como preguiçosos e, portanto, responsáveis pela miséria em que viviam.

O trecho seguinte é bastante significativo, pois nos permite perceber, por meio de um diálogo do Wells com um brasileiro, como a noção de trabalho era diferente para ambos:

[...] várias vezes fiquei a imaginar qual poderia ser sua ocupação diária e uma vez lhe perguntei se ele nunca fazia nenhum trabalho.
 “Oh, sim, eu trabalho”, respondeu ele.
 “Onde?”
 “Nas roças, ou aqui pela fazenda, ou faço algum negocinho na vila.”
 “Quando?”
 “Às vezes em quando”⁶².

⁶² Wells, op.cit., p. 190.

Esse diálogo explicita um conflito entre visões diferentes a respeito do trabalho. O inglês, que por conceber o trabalho como uma atividade regular disciplinada e separada da vida, achava que o brasileiro por não está de acordo com seu significado de trabalho era um preguiçoso. Já o brasileiro não se via assim. Ele, ao ser questionado por Wells *se não fazia nenhum trabalho*, respondeu que trabalhava e até explicitou uma série de funções que desempenhava.

Como o trabalho nas roças da vizinhança, provavelmente nos períodos de planta, limpa e colheita das lavouras, na fazenda do irmão onde morava, ou algum negócio que fazia na vila, podendo ser a venda de suprimentos alimentícios adquiridos com o próprio trabalho, queijos, ovos, galinhas, porcos, ou troca, ou até mesmo a compra de outros utensílios.

Constatando a alta temperatura em Pirapora, cidade do Norte de Minas, o viajante atribui a indolência dos habitantes ao clima: “depois de experimentar a estação quente de Pirapora, é mais fácil compreender a sonolência e a indolência de seus habitantes...”.

Neste ponto, a interpretação do inglês difere da anterior. Em Pirapora, a causa da preguiça e indolência não foi atribuída ao povo da vila como em São Gonçalo da Ponte, mas à alta temperatura, que também o deixava num estado de apatia semelhante ao que se encontravam os moradores.

Ao relatar os modos de vida das populações interioranas do Brasil, Wells construía a ideia de que as pessoas viviam na miséria, resultante da forma em que elas se relacionavam com o tempo e com o trabalho, como aspectos inter-relacionados e essencialmente associados à vida.

Dessa forma, o relato sobre as moradias dos sertanejos “havia algumas dúzias de casinhas de pau-a-pique, velhas e dilapidadas”⁶³ ou “casebres de pau-a-pique e palha, dilapidados e caindo aos pedaços”⁶⁴ e sobre a sujeira “[...] a sujeira e poeira circundantes e um sentimento pessoal de imundície todos propiciavam uma dor de

⁶³ Ibidem, I, p.265.

⁶⁴ Ibidem, I, p.267

cabeça”⁶⁵ contribuem para acentuar a ideia de miséria que, segundo o viajante, tomava conta dos vilarejos.

Percebe-se que o inglês contrasta seus ideais de prosperidade – associada ao trabalho disciplinado – limpeza e beleza à realidade do interior brasileiro, incriminando e descaracterizando os modos de vida dos brasileiros por eles não se assemelharem ao que se tinha de “mais avançado no período”. Sendo assim, para Wells era necessário destruir esses modos, colocando em seus lugares outros “civilizados”.

A respeito dessa ideia de pobreza dos sertanejos que se buscava acentuar, é possível verificar no trecho abaixo, no qual o viajante relata sua chegada à uma fazenda próspera, limpa e organizada, a contraposição que ele estabelece entre a *preguiça dos sertanejos*, que conservavam a sujeira nas casas e ruas dos vilarejos, e a diligência, limpeza e organização dos ingleses, que ensinaram à brasileira dona da fazenda outros modos, diferentes dos existentes no Brasil:

A casa era inusitadamente limpa e organizada, embora as paredes fossem apenas de adobe simples, sem caiação [...], e a cobertura de telhas. A mobília do interior consistia de pouco mais do que mesas e bancos despojados sobre um chão de terra bem varrido. [...] uma mulher de aparência saudável de quarenta anos de idade; como sua casa, ela também era muito asseada. Quando a cumprimentei pela organização doméstica, soube imediatamente o segredo de um cuidado tão pouco usual, pois ela havia sido criada entre os ingleses das minas de Morro Velho.⁶⁶

Nota-se que, segundo o viajante, a limpeza e organização que a brasileira aprendeu com os ingleses interferiram no físico da mesma, conferindo-lhe uma aparência saudável, que diferia da aparência fúnebre da maioria dos brasileiros, resultantes das vidas ociosas que viviam.

A hospitalidade e a cordialidade dos brasileiros também chamaram a atenção do viajante. Ele relata que, em várias ocasiões durante sua viagem, os brasileiros com os quais se encontrava, mesmo desconhecendo-o, colocaram-se à disposição para ajudá-lo, cedendo moradia, lanches e informações. Para Wells, os brasileiros costumavam

⁶⁵ Ibidem, I, p.300.

⁶⁶ Ibidem, I, p.287.

depositar enorme confiança uns nos outros, sendo este um “traço comum a estas pessoas”.

Portanto, esses estereótipos – indolentes, preguiçosos, passivos, violentos, feios entre outros – construídos por intermédio da memória pelos detentores dos projetos de nacionalidade, serviram para legitimar as expectativas da elite brasileira naquele período. Eles representam a disputa travada entre os setores dominantes da sociedade e os sertanejos para se afirmarem no social.

É necessário explicitar que, nessa disputa, os setores dominantes apresentaram-se como vencedores, ao consolidar uma memória estereotipada sobre os sertanejos, não porque eles eram realmente os melhores, portadores de projetos excepcionais, mas porque conseguiram respaldo que os sertanejos não conseguiram.

Os modos de vida desses sertanejos comportavam seus sentidos; porém, para o “outro”, eles eram inferiores, primitivos, incivilizados e bárbaros, por isso tinham que ser varridos, cedendo espaço à civilização e ao progresso.

Segundo Cardoso, a memória hegemônica não se impõe sobre outros segmentos sociais apenas enquanto dominação. Ela se modifica, adquire outras configurações e incorpora outros significados, com os quais “as pessoas no presente” possam se identificar⁶⁷.

A memória sobre o sertanejo também foi realimentada no século XX, mas não para incorporar os significados que os sertanejos conferiam a seu modo de vida, mas para forçá-los a interiorizar a memória que os outros construíram sobre eles.

Seria interessante pesquisar como essa memória chega até nós, estudantes, professores de História e pesquisadores, para que não venhamos a legitimá-la nas nossas práticas. Um caminho possível seria analisar obras como a de Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Monteiro Lobato. No entanto, isso ultrapassaria os limites desse estudo, por exigir muito mais tempo para a pesquisa.

⁶⁷ CARDOSO, op. Cit. p. 183.

CAPÍTULO 3

MODOS DE VIDA DOS SERTANEJOS EM WELLS

Neste capítulo procuro apreender os modos de vida dos sertanejos nos relatos de James Wells, a fim de desconstruir a memória estereotipada forjada pelos grupos que buscavam exercer uma hegemonia no campo social.

Para isso, é imprescindível refletir sobre a categoria cultura, conforme adverte Cruz et al.⁶⁸, no diálogo estabelecido com Willians a respeito da importância de se problematizar as categorias no processo de investigação. A cultura “é um campo de produção de sentidos no passado e no presente” e está sempre em relação com o conflito.

Sendo assim, cito a concepção de cultura apresentada por Chauí, com a qual me identifico, por abarcar uma multiplicidade de aspectos da vida humana:

[...] a cultura é mais do que as belas artes. É memória, é política, é trabalho, é História, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião, é festa e etc. Ali onde os seres humanos criaram símbolos, valores, práticas, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiúra, da bondade e da maldade, da justiça e da injustiça, ali há cultura⁶⁹.

Wells relatou um incidente que ele presenciou na viagem de Barbacena a São José. Nessa viagem, Wells e um colega engenheiro se hospedaram em uma pensão, onde o engenheiro decidiu perguntar para a dona do estabelecimento se havia chá. A mulher, como boa pensionista que era, saiu em direção à cozinha e logo voltou com uma xícara de “água fervida com folhas de laranjeira” para seu hóspede.

⁶⁸ MACIEL, Laura et al. **Outras Histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olhos D'Água, 2006.

⁶⁹ Ibidem, p. 12.

Aqui cabe citar o trecho que expressa o conflito que ocorreu entre o inglês e a pensionista brasileira a respeito do chá:

Conseqüentemente, quando pediu chá, a dona da casa perguntou, abafando as risadinhas, que tipo de chá. “Ora, chá, é claro, chá! Chá! Entende?” Fiquei calado, vendo a pobre e confusa mulher entrar em casa, curioso para ver o que ela traria. Meia hora mais tarde, ela voltou com uma chaleira, xícaras e pires. [...] ‘Ora está meio fraco; hum! Tem um cheiro estranho’. Prova. ‘Como! Mas o quê?! Com a breca, que mezinha desprezível é esta?’ ‘Oi, venha cá. Isto não é chá’. ‘Sim, senhor, é sim’. Oh! Sua mulher abominável, como pode dizer na minha cara que isto é chá? ‘En’hor sim, é chá de laranjeira’⁷⁰.

Esse relato confirma uma prática comum aos brasileiros: a de cozinhar folhas e cascas de plantas e denominar a substância resultante do cozimento de *chá*. Os brasileiros conheciam vários tipos de chás. Era possível preparar o chá das folhas da laranjeira, que era muito utilizada contra febre ou vários outros chás que o viajante não mencionou, como o chá das folhas de goiaba ou dos brotos do mamoeiro indicados contra diarreia.

Assim, escolhia-se o chá de acordo com a especialidade de cada planta, isto é, segundo a sua capacidade de curar certos males. Para os brasileiros, percebe-se que o chá tinha um valor medicinal, principalmente para os habitantes de regiões mais afastadas dos grandes centros. No trecho citado acima, a pergunta feita - “que tipo de chá” - ao hóspede pela dona da pensão expressa que ela conhecia uma variedade de chás, fato que o inglês não compreendeu.

Para o hóspede, no Brasil existia o *tea* à moda inglesa, que seria uma substância resultante da infusão da planta da Índia, sendo, portanto, de um único sabor. Por isso, a palavra chá foi utilizada para denominar algo que apenas se assemelhava com o processo de infusão, mas que diferia quanto à composição e à utilidade para brasileiros e ingleses.

Na ausência de outras palavras, ousou traçar a seguinte comparação: o chá inglês equivalia ao cafezinho brasileiro, ou seja, era indispensável e insubstituível em determinados momentos. Desse modo, os brasileiros do interior não tinham o hábito de

⁷⁰ Wells, op. Cit., p. 96.

tomar chá, ao contrário do café, que era bem vindo de manhã, após o almoço, à tarde e até depois do jantar.

Por meio de seus relatos, Wells expõe alguns aspectos que compunham a realidade dos brasileiros do interior no fim do século XIX. Sua hospedagem na casa de um boticário, o senhor Ernesto, em Capela Nova de Betim, em Minas Gerais⁷¹ e sua visita a um “curioso” de Santa Quitéria, especialista em tratar “todas as doenças”,⁷² para extrair os bernes de sua pele são alguns elementos que nos permitem entender os recursos, em termos de medicina, disponíveis para as populações das vilas e também dos locais mais distantes.

Para esses brasileiros, em caso de doença, era possível recorrer ao boticário, uma espécie de médico, ou melhor, de farmacêutico, que era o dono de uma loja onde se fabricava e se vendia remédios. Não se pode esquecer que os boticários geralmente residiam nas vilas, em locais mais povoados e que nem toda vila ou arraial tinha um desses profissionais.

Além dos boticários, a população brasileira do interior podia recorrer ao que Wells denominou como “os curiosos”. É possível que esses curiosos, especialistas em curar todo tipo de doenças, fossem os tão famosos curandeiros, sobre os quais existem informações que se fizeram presentes em várias regiões, desde o período colonial.

Laura de Melo e Souza⁷³, ao analisar a sobrevivência material no Brasil colônia, aponta os africanos, os indígenas e os mestiços como os grandes curandeiros do período colonial. Segundo a autora, ocorria uma mescla de ritos próprios do universo cultural de cada grupo com o conhecimento das ervas e com aspectos da prática da medicina popular europeia.

Neste aspecto, as práticas dos curandeiros em termos de racionalidade para explicar e curar as enfermidades não diferiam muito da sociedade tradicional europeia, para a qual as doenças tinham uma ligação com o sobrenatural; portanto, só poderiam ser curadas por meios referentes à natureza.

⁷¹ Ibidem, I, p. 122.

⁷² Ibidem, I, p. 160.

⁷³ SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a terra de santa cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Schwarcz, 1989.

O fato de buscar a cura por intermédio dos poderes sobrenaturais produziu a inter-relação entre a terapia popular e a feitiçaria. Dessa forma, os curandeiros ficaram conhecidos como “especialistas” que “curavam [...] doenças, insolações, incômodos como dores de dentes; mas também [...] curavam feitiços”⁷⁴. Ainda restam dúvidas se a denominação curandeiro, utilizada para se referir “aos curiosos” conhecidos por curar doenças e feitiços não foi uma construção dos aparelhos repressivos dos tempos coloniais que homogeneizaram, tratando diferentes como iguais.

Quem estava em situação menos favorável que os habitantes das vilas eram as famílias que tinham suas casas em locais muito distantes, onde só se encontrava um vizinho há alguns quilômetros de distância.⁷⁵ Desse modo, quando essas pessoas ficavam doentes não tinham como recorrer ao boticário sem ter que percorrer longas distâncias por meio de animais de sela, carro de boi ou canoa. Quando muito, o recurso mais próximo era o auxílio de um parente ou conhecido, portador de uma experiência adquirida ao longo dos anos em que viveu.

É importante ressaltar que tanto para o boticário quanto para os curandeiros e as mães de família, o conhecimento do valor medicinal das plantas exercia um papel fundamental para a prática de curar as doenças. Assim, Wells (p. 220) relata sobre o uso contínuo que eles e seus ajudantes fizeram das cascas do pau de quinino, ipecacuanha, pereira e também do óleo de mamona para tratar e prevenir a febre amarela.

Para sarar ulcerações na pele, os brasileiros costumavam aplicar uma mistura de ovos com a infusão de algumas ervas.⁷⁶ Já a extração dos bernês era feita pelas senhoras brasileiras colocando uma massa de sabão e açúcar no local afetado.⁷⁷ Logo, nota-se que além do uso das cascas e folhas de plantas, usava-se ainda uma mistura feita com açúcar, sabão e ovos, produtos utilizados no dia a dia dos sertanejos para aliviar alguns incômodos.

Ao ler o relato sobre o chá, recordei que quando eu e os meus irmãos éramos crianças, a minha família morava em um vilarejo chamado Lajedinho, situado no município de Matias Cardoso, no Norte de Minas. O vilarejo era - e ainda é - de difícil

⁷⁴ Ibidem, I, p.167.

⁷⁵ Wells, op. Cit. p.249-250.

⁷⁶ Ibidem, I, p.160.

⁷⁷ Ibidem, I, p.143.

acesso e distante da medicina. Por isso, sempre que algum de nós tinha febre, a minha mãe fazia o chá de laranjeira e nos dava para tomar bem morno com algumas gotas de Dipirona ou Novalgina, quando tinha.

O chá das folhas de laranjeira tem suas raízes nas práticas da medicina popular, que são anteriores à segunda metade do século XX. Porém, com a diferença de que na minha infância já era possível encontrar os medicamentos de farmácia, como a Dipirona e a Novalgina, para serem tomados juntamente com o chá, pois se acreditava que a junção do chá com outros medicamentos aumentava a sua eficácia.

Diante disso, me lembrei de um caso que a minha bisavó contava à minha mãe, enfatizando a eficácia do azeite de mamona. Em 1940, minha bisavó deu a luz a uma criança que, com poucos dias de vida, sentiu uma chiadeira no peito, febre e diarreia. A família morava em uma fazenda próxima a Manga, no Norte de Minas, e só havia um farmacêutico em outra cidade mais distante e, por sinal, era um curandeiro muito famoso.

Sem alternativa, a minha bisavó enviou o filho mais velho à procura do homem e lhe recomendou que contasse a situação em que se encontrava a criança, para o farmacêutico receitar a medicação. A viagem a cavalo durou três dias. Quando o rapaz voltou, ele trouxe um vidro de azeite de mamona com a instrução de passá-lo bem morno nas costas, no peito, nos pés, na nuca e na moleira da criança e guardar repouso para não constipá-la. Além disso, o medicamento deveria ser usado por sete dias seguidos.

Quando a minha bisavó viu que o remédio era o azeite de mamona, ela ficou muito nervosa. Isso porque ela fabricava o azeite em casa e também já havia utilizado esse azeite com a criança sem sucesso. Entretanto, mesmo a contragosto, ela resolveu acatar as recomendações do farmacêutico e logo no terceiro dia de aplicação o bebê apresentou melhoras.

Apesar de no interior existirem os curandeiros e os boticários que associavam as suas especificidades ao conhecimento da “medicina popular”, a ausência de médicos era sentida pelas pessoas. As notícias sobre a chegada de um médico ou boticário em uma vila ou até mesmo no interior despovoado causavam grande animação nas pessoas.

Por onde passou, Wells foi questionado por brasileiros sobre o fato de ele ser realmente um médico. Esse questionamento explicita um costume brasileiro, o de atribuir a denominação de doutor a pessoas que cursavam apenas a graduação no curso de engenharia; como também demonstra que aquelas pessoas estavam necessitando muito de um profissional da área de saúde que pudesse auxiliá-los, instruindo-os e fornecendo remédios para os doentes.⁷⁸

José Carlos Barreiro⁷⁹, ao analisar as interpretações sobre as classes populares na historiografia brasileira sobre o século XIX, especificamente em Emília Viotti e Caio Prado, constatou a permanência de resquícios das construções do Wells sobre a população brasileira nas interpretações desses historiadores, que a seu ver, restringe o entendimento das lutas políticas desses segmentos sociais.

Com base em Thompson, um dos principais historiadores que promovem a revisão do marxismo, Barreiro (1995) se propõe a rever estas interpretações dos clássicos brasileiros, o que, a meu ver, se realiza de uma forma muito perspicaz.

Isso porque o autor buscou compreender as classes populares nas suas vivências nos espaços das tabernas, pousadas e feiras, locais onde várias tradições culturais se interagem e onde também se dava a resistência às práticas sociais dominantes, que conferiam sentido às disputas sociais do século XIX⁸⁰.

Ao ler *A formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, obra considerada um marco da historiografia brasileira por tratar ou ceder espaço para as camadas populares, percebem-se os resquícios do pensamento do século anterior. Há muita semelhança com as ideias da produção intelectual do século XIX, que buscava legitimar as ações dos grupos dominantes atribuindo a culpa da situação em que se encontravam os segmentos sociais menos favorecidos a eles próprios.

A descrição das moradias nos apresenta os instrumentos de trabalho, os mobiliários e os materiais utilizados pelos sertanejos para construir suas habitações. Esses materiais eram em sua maioria retirados da natureza e sofriam poucas modificações. Com a madeira, a palha, a telha e o barro, por exemplo, construíam-se os

⁷⁸ Wells, op. Cit. p.237.

⁷⁹ BARREIRO, José Carlos. E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções. **Projeto História**, São Paulo, n. 12, out. 1995.

⁸⁰ Idem Ibidem, p. 67.

abrigos como espaços para proteção da família e onde também se guardavam os objetos de trabalho. Nesses espaços, o descanso, o lazer e a alimentação conviviam com os objetos de trabalho:

[...] mas os sítios são todos estruturas modestas de pau-a-pique, com coberturas de telha ou sapé sobre as paredes de barro e as varandas abertas, as últimas funcionam como local de negócios, descanso, depósito, refeições, lixo e trabalho, pois há redes, bancos rústicos de madeira, selas, rédeas e couros crus velhos e pilões, tudo poeirento, velho e sujo⁸¹.

Como exemplos desses objetos de trabalho, têm-se as selas e cordas para os animais, que eram um dos principais meios de locomoção; o pilão para pilar alguns alimentos, como o milho, o arroz e o café; os bancos de pedaços de madeira e os colchões de palha. Nota-se que os objetos que “ornamentavam” as moradias dos sertanejos eram todos relacionados às atividades que eles desempenhavam, todos tinham uma finalidade de uso e, sobretudo, representavam uma “memória cultural”.⁸²

Outra prática comum aos sertanejos e que foi constatada por Wells é a utilização do candeeiro para iluminar as habitações durante a noite, o que possibilitava o acesso às repartições das moradias sem trombar em paredes, móveis ou outros objetos. Nessas casas, onde não havia nem iluminação a gás nem energia elétrica, o candeeiro não podia faltar⁸³.

O autor descreve o candeeiro como um prato de ferro, com cerca de três a quatro polegadas de diâmetro por meia de profundidade, com um bico no qual era colocado um cordão de algodão. No prato depositava-se o óleo de mamona, encharcando o cordão, que produzia claridade quando aceso.

⁸¹ WELLS, Op. Cit. p. 214-15.

⁸² Barreiro, Op. Cit. p. 69.

⁸³ WELLS, Op. Cit. p.97.

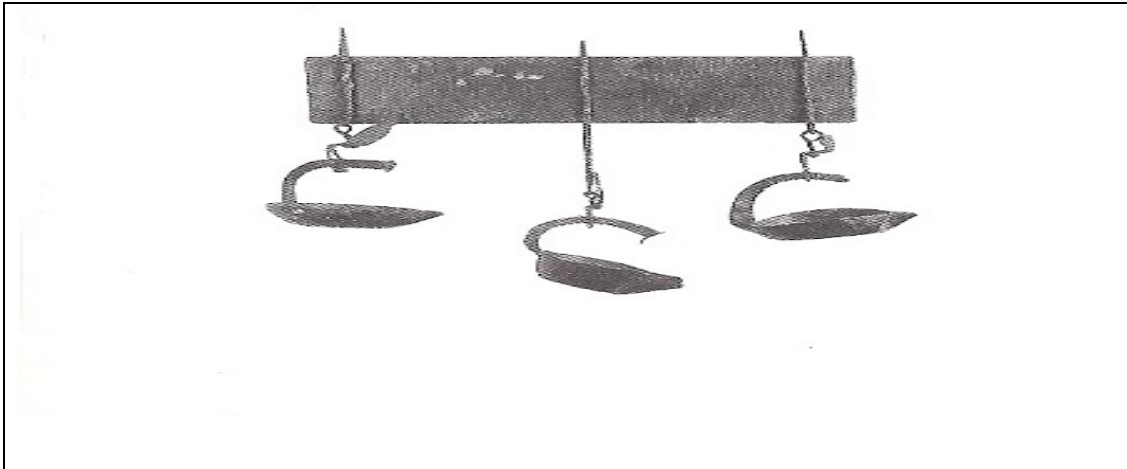


FIGURA 5 – Candeia⁸⁴.



FIGURA 6 – Candeeiro de pé.

Possivelmente o que Wells chamou de candeeiro era o objeto da FIGURA 6, ao passo que Algranti (1997) o denominou de candeia. A descrição da forma do objeto e

⁸⁴ Ver ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Cia. das letras, 1997, p.127.

o local onde Wells o presenciou foi o que me possibilitou esta interpretação. O candeeiro de pé da FIGURA 6 é um pouco mais sofisticado; por isso, desconfio que ele era utilizado por brasileiros de um segmento social mais alto, e não por simples donos de uma hospedaria de beira de estrada.

Outrossim, na descrição do viajante, ele menciona a presença de um gancho que servia para pendurar o objeto na parede de adobe e em nenhum momento faz referência à presença de um pé no candeeiro, o que possibilitaria o seu uso em cima de um móvel, exercendo as funções de iluminar e decorar o ambiente.

Ao longo da viagem, a mamona estava sempre presente em meio às plantações que o viajante via, como a de milho, a de feijão, a de abóbora e a de mandioca, que eram essenciais para a alimentação. Todavia, a mamona também não podia faltar, pois dela se extraía o óleo utilizado no tratamento de muitas doenças e como combustível dos candeeiros.

A movimentação do vilarejo Capela Nova em um dia de domingo é descrita por Wells como um evento que rompe com a aparência deserta predominante no local durante a semana. Assim, Wells relata sobre o costume dos camponeses de sair de suas roças e se dirigirem às vilas mais próximas nesse dia para assistir a missa e visitar os amigos. Na verdade, o domingo era um dia muito importante para aquelas pessoas.

Por esse motivo, para irem às vilas aos domingos, os moradores procuravam vestir suas melhores roupas. Os homens se vestiam com asseio, trajando seus paletós de algodão e o deslocamento geralmente era feito a cavalo ou a pé. Os que iam a pé, antes de chegar ao destino, paravam para calçar os sapatos e retocar os cabelos que, segundo o viajante, eram bastante oleosos, devido ao hábito de untá-los com óleo ou sebo.

Além disso, o domingo era o único dia em que as pessoas impreterivelmente paralisavam o trabalho nas grandes e pequenas fazendas e se arrumavam para comparecerem à vila mais próxima. Todo o trabalho era paralisado para uma faxina geral das pessoas: “[...] há uma lavação e faxina geral das caras sujas de uma semana, os rapazes aparecem vestidos com camisas limpas de algodão, calças e paletós feitos em casa de algodão grosso listrado, chapéus de palha e esporas nos pés descalços”.⁸⁵

⁸⁵ WELLS, Op. Cit. p.147.

A diferença de cor entre os filhos de um pequeno fazendeiro chamado Joaquim também foi objeto de observação do Wells:

Há quatro filhas e três filhos do Joaquim. Ele é praticamente branco, mas seus filhos variam de cor, desde o branco até o quase preto, e são reminiscências dos dias passados, quando o velho ainda não era tão enfaticamente religioso como em sua velhice.

No trecho acima, o viajante aponta a ausência de religiosidade do senhor Joaquim, quando ele ainda era jovem, como a causa da diferença de cor entre seus filhos. Desse relato, é possível inferir que os filhos mais brancos de seu Joaquim fossem filhos da esposa legítima. Apesar de Wells não descrever a cor dessa senhora, é provável que os mestiços ou o “quase preto” fossem fruto das relações sexuais entre senhores e escravas.

Em *Casa Grande e Senzala*⁸⁶, obra escrita com base nos relatos dos viajantes do século XIX, Gilberto Freire (1980) busca compreender a composição heterogênea da população brasileira e analisa esse relacionamento entre senhores e escravas, apontando a miscigenação daí resultante como um elemento que comprova a ausência de preconceito e conflito entre as raças no Brasil.

Tratando sobre a relação dos brancos vencedores com os escravos e indígenas no processo de colonização das terras brasileiras o autor aponta que:

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternizações entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de ‘superiores’ com ‘inferiores’ e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. [...] A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos

⁸⁶ FREIRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: INL – MEC, 1980.

senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil⁸⁷.

Essa interpretação fez com que Freire recebesse o título de fundador da democracia racial e tem gerado debates acalorados. Não questiono se Freire foi ou não o fundador do termo *democracia racial* ou se ele tinha ou não consciência do que estava construindo, mas a análise que ele promoveu sobre a miscigenação realmente escamoteia as desigualdades raciais que permearam as relações entre senhores/escravos/indígenas.

É importante mencionar que essas tímidas constatações que promovo sobre os clássicos brasileiros, com base em autores como Caio Prado Júnior e Gilberto Freire precisam ser ampliadas por meio de uma pesquisa mais específica, como já ressaltai anteriormente.

A hospitalidade dos sertanejos também mereceu destaque nas observações do viajante, “parei em muitas das casas para indagar sobre os trabalhadores; em todo o lugar era recebido com gentileza, e um café ou vasilha de leite eram geralmente servidos”⁸⁸, assim como o excesso de confiança: “esta ação não implicava nenhum sinal de confiança particular, mas é muito expressiva de um dos melhores traços dessas pessoas, uma confiança uns nos outros”⁸⁹; a cordialidade “meu anfitrião cordialmente apresentou-nos o que podia nos oferecer como acomodação”⁹⁰; o gosto pela brincadeira “com o matuto uma brincadeira rende muito”⁹¹ e o gosto por barulho e cor. Na concepção do viajante, todas essas características eram próprias das comunidades que ainda não tinham alcançado as transformações do capitalismo.

Na interpretação de Wells, os sertanejos - isto é, as pessoas que viviam alheias às mudanças que ocorriam em outras partes do mundo - eram indivíduos movidos pelas emoções, as quais geralmente se expressavam ora na forma de violência ora na excessiva alegria.

⁸⁷ FREIRE, Gilberto. Prefácio à 1ª edição. In: _____. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: INL – MEC, 1980. p. LX.

⁸⁸ WELLS, Op. Cit. p.215.

⁸⁹ Ibidem, I, p.259.

⁹⁰ Ibidem, I, p.250.

⁹¹ Ibidem, I, p.235.

Para Freire, a bondade e a afabilidade dos brasileiros era uma herança dos negros que, com sua alegria e vivacidade, temperaram o melancolismo e a tristeza do indígena e do português:

Foi ainda o negro quem animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria. O português, já de si melancólico, deu no Brasil para sorumbático, tristonho; e do caboclo nem se fala: calado, desconfiado, quase um doente na sua tristeza. Seu contato só fez acentuar a melancolia portuguesa. A risada do negro é que quebrou toda essa ‘apagada e vil tristeza’ em que se foi abafando a vida nas casas-grandes. Ele que deu alegria aos são-joões de engenho; que animou os bumbas-meu-boi, os cavalos-marinhos, os carnavais, as festas de Reis. [...] Nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa, nos tanques de bater roupa, nas cozinhas, lavando roupa, enxugando prato, fazendo doce, pilando café; nas cidades carregando sacos de açúcar, pianos, sofás de jacarandá de ioiôs brancos – os negros trabalharam sempre cantando: seus cantos de trabalho, tanto quanto os de xangô, os de festa, os de ninar menino pequeno, encheram de alegria africana a vida brasileira⁹².

Quanto à hospitalidade e a cordialidade dos brasileiros, o próprio Wells nos oferece elementos para compreender que apesar dessas características predominarem nos habitantes de várias regiões, não era possível generalizar. Por ter se acostumado com o tratamento cordial e hospitaleiro com o qual se deparou ao longo de suas andanças por Minas Gerais, Bahia, Goiás e Maranhão, ao se defrontar com moradores que fugiram a essa “regra”, o viajante ficou enfurecido:

[...] onde encontramos uma fazenda moderna e bastante imponente, consistindo em um prédio de dois andares, luxuosa em suas portas e molduras pintadas, paredes caiadas e, acima de tudo, janelas envidraçadas. Considerei-me afortunado e, ao ver um homem que parecia bem-de-vida na entrada, cavalguei em sua direção e fiz os cumprimentos usuais, aos quais ele respondeu rispidamente com palavras mal-humoradas e manteve sua postura reclinada, encarando-me com ar inexpressivo. Eu fiquei perplexo e pensei comigo mesmo: ‘ora meu amigo, você poderia pelo menos convidar-me a desmontar’; mas, aí de mim, ele permanecia alheio, olhando para mim distraidamente. Uma insinuação bem clara foi-lhe feita perguntando se ele podia dizer-me onde eu poderia obter acomodação para passar a noite. ‘Pois não’ disse ele, ‘aquele rancho ali perto da porteira está a sua disposição. Olhei naquela direção e vi um abrigo aberto sob o qual havia dois carros de bois e diversos porcos que se divertiam na poeira seca do chão. [...] Ah, senhor Malaquias Gonçalves da Fonseca, para

⁹² FREIRE, Op. Cit. p. 462-63.

sorte dos viajantes no Brasil, não há muitos brasileiros como o senhor⁹³.

A forma como os sertanejos colhiam o feijão também foi foco de observação para Wells. Na ausência de máquinas para arrancar e extrair os grãos das vagens, estas tarefas eram realizadas manualmente, assim como ainda são realizadas por pequenos agricultores no Norte de Minas. Os pés de feijão eram arrancados, carregados em carroças e depositados no quintal da propriedade. Quando as vagens secavam, batiam-nas com varas para debulhá-las e separar os grãos das palhas. Então, os feijões eram catados e armazenados em sacas para sustentar a família⁹⁴.

Além disso, também é possível evidenciar nos relatos de Wells aspectos da religiosidade dos sertanejos, uma vez que como estava hospedado na casa de um criador de gado nas proximidades de Capela Nova, em Minas Gerais, ele ficou sabendo pelo dono da casa que antes da família do fazendeiro se mudar para Minas, eles eram bastante prósperos.

Por ser um grande criador de gado em Goiás, o fazendeiro teve a má sorte de perder alguns dos seus filhos na guerra do Paraguai e outros de doenças, seu rebanho reduziu a ponto de levá-lo a pobreza. Ao terminar de contar o sucedido, o sertanejo acrescenta que “se Deus assim o quer” ele não devia reclamar⁹⁵.

Para o viajante Wells, a fé sólida desse criador de gado era extremada, a ponto de afirmar que “eis aí o cristianismo na prática para os teólogos e os que se preocupam em separar os credos”⁹⁶, pois para o casal que sofreu esse infortúnio, a fé poderia significar a esperança e a força que o fortalecia para continuar vivendo esta nova fase, marcada pelo decréscimo do seu rebanho e pela ausência dos filhos.

O relato da chegada do viajante na fazenda Saco Grande, do proprietário Rozinho, também expressa a religiosidade dos sertanejos. O viajante registrou esse sentimento para comprovar sua tese de que “as ideias religiosas do matuto eram estreitas” em consequência dos exemplos fornecidos pelos padres “imorais em todos os sentidos”:

⁹³ WELLS, op. cit. p. 288-89.

⁹⁴ WELLS, op. Cit. p. 151.

⁹⁵ Idem, Ibidem, p.162.

⁹⁶ Idem, Ibidem,p.162.

[...]’E o senhor Rozinho, como está? Como vai a ilustre família?’ ‘Eu estou bom, estão todos bons, graças a Deus e à Santíssima Virgem’.
[...] ‘È então, Senhor Rozinho, como vai a roça? A chuva do mês passado fez algum estrago?’ Pergunto.

‘Ai, meu deus! As cheias destruíram uma boa parte da colheita, mas (tirando o chapéu) foi um castigo mandado por Deus pelos meus pecados’.

‘O que é que o senhor andou fazendo, então? Vendendo gado doente por bom?’

Oh, não; é pelos nossos pecados que temos que sofrer’.

‘E o que o senhor considera pecado?’

‘Não rezar nas horas devidas; não dar esmolas quando elas são pedidas em nome de Deus; não assistir à missa; não batizar os filhos e etc’⁹⁷.

No diálogo citado acima, percebe-se que Rozinho possui uma grande convicção religiosa. Por isso, ele reconhecia que a destruição de suas plantações pelas chuvas fortes fora um castigo do seu Deus, por causa dos seus pecados, que seriam o não cumprimento de suas obrigações de cristão; não rezar nas horas determinadas, não batizar os filhos e não assistir às missas.

A continuação do diálogo expressa a intenção do viajante de construir uma descrição que comprovasse que os valores religiosos do sertanejo eram estreitos. Por isso, ele optou por perguntar a Rozinho sobre a origem de sua propriedade, logo após ouvi-lo contar sobre os seus deveres enquanto cristão, uma atitude que demonstra bem a intenção do viajante.

‘Quanta terra o senhor tem?’ ‘Não sei’. ‘O senhor conhece os limites dela?’ ‘Oh, sim; isto meus vizinhos já acertaram comigo’. ‘Há quanto tempo o senhor vive aqui?’ ‘A vida toda.’ ‘Como é que o senhor adquiriu estas terras?’ ‘Meu pai me deixou uma parte e minha mulher me trouxe a outra’. ‘De onde é que eles conseguiram?’ ‘Não tenho a mínima idéia. Não é da minha conta; meu pai morreu e eu herdei suas terras’. Bem, imagine que eu, ou qualquer outro estranho, chegasse aqui e dissesse: estas terras são minhas e mostrasse documentos para provar o seu direito, e exigisse que o senhor se mudasse, o que o senhor faria?’ ‘Eu o matava’. ‘Mas isto não seria um pecado?’

‘De jeito nenhum; seria simplesmente fazer justiça aos meus direitos, à minha família, à minha honra’⁹⁸.

⁹⁷ Idem, Ibidem, p. 241.

⁹⁸ Idem, Ibidem, p. 241.

As respostas de Rozinho comprovam que ele conhecia muito bem a origem e os limites de suas terras. Ele podia não saber estipular a extensão de sua propriedade utilizando as medidas convencionais, mas sabia os limites dela. Como também conhecia suas origens, herdou parte das terras de seu pai e a outra parte foi o dote concedido pelo pai de sua esposa quando Rozinho se casou.

Quando Wells questiona Rozinho sobre a sua reação no caso de alguém aparecer com um documento comprovando que as terras do sertanejo passaram a ser de outrem, Rozinho responde que mataria quem assim procedesse. Essa atitude representa a complexidade dos modos de vida dos sertanejos que nós, enquanto historiadores, procuramos redescobrir suas significações.

Alguém estranho àqueles valores, como Wells, atentaria para a ambiguidade da resposta de Rozinho, uma dúvida que certamente não existiria para ele, porque no pensamento do sertanejo, o fato de ser um devoto, adepto dos valores religiosos que ele especificou para o viajante, não o impediria de preservar seus direitos e a honra da sua família. Para Rozinho, eliminar quem agisse de má fé para retirar a sua propriedade, que representava a memória dos seus pais e sogros e o meio de prover o sustento dos seus filhos e netos no futuro, significava uma forma de exercer justiça.

No vilarejo de Bairro Alto, o inglês e seus ajudantes se depararam com um local em forma de púlpito, onde havia uma cruz e nela estava fixada uma “caveira”, que representava o martírio de Jesus Cristo. Era comum as pessoas demonstrarem muito respeito quando passavam pelas vilas que tinham essas estruturas, geralmente, elas desciam dos animais, tiravam os chapéus e depositavam algumas moedas na caixa para alguma obra de caridade ou para a festa do santo padroeiro local.

Os brasileiros que trabalhavam com o inglês fizeram as continências em sinal de respeito por aquela simbologia, mas como não tinham nenhuma moeda para depositar na caixa, pediram ao viajante, que não hesitou em negar o pedido. Contrariados diante daquela atitude, os trabalhadores avisaram que a má sorte o acompanharia devido àquele ato, pois jamais alguém passou por ali sem deixar sua contribuição.

Por fim, mesmo tendo criticado e zombado dos valores religiosos dos sertanejos, denominando-os de estreitos, Wells admitiu que realmente a má sorte o

acompanhou, pois logo em seguida ele perdeu um instrumento de trabalho de muita serventia⁹⁹.

Após sair da cidade de Carinhanha, na Bahia, e de navegar pelo rio São Francisco, Wells chegou ao arraial de São Bom Jesus da Lapa. Esse local estava situado nas encostas de um monte calcário e era muito conhecido por causa de uma gruta, cujo nome era São Bom Jesus da Lapa¹⁰⁰. Quem passava por ali, não seguia viagem sem antes visitar o espaço sagrado e doar suas ofertas.

Segundo Wells, a gruta apresentava as seguintes características:

A sombria lapa tem cerca de 100 pés de comprimento por 20 ou 25 pés de altura e varia de largura de 30 a 50 pés. [...] Na parede acima do altar fica o crucifixo espalhafatosamente pintado, mas milagroso, de São Bom Jesus da Lapa; sob ele está a imagem da virgem com o menino. [...] De um lado da gruta estão pendurados numerosos modelos em cera de braços, pernas, cabeças, pés, peitos e etc, que representam as curas assombrosamente milagrosas de acidentes e doenças feitas pelo santo. Muitos certificados e descrições emoldurados testemunham os milagres que não puderam ser modelados. [...] ele é toda sagrada, a terra do solo, a poeira da parede possuem virtudes extraordinárias e são usadas como específicos para a maioria dos males a que a carne é propensa. Nenhum barco passa diante do santuário sem deixar uma oferenda, e o povo da roça faz longas e distantes peregrinações para propiciar o favor do seu santo ou agradecer por graças imaginárias recebidas¹⁰¹.

Esse relato apresenta um espaço sagrado para os sertanejos camponeses, barqueiros, entre outros, por ter sido palco de curas milagrosas. As peregrinações dos sertanejos provenientes de vários locais para visitar a gruta do arraial demonstram o ato de fé que eles tinham e que era intensificada pela falta de outros recursos.

Conforme Wells, conta a tradição que a gruta de Bom Jesus da Lapa tornou-se um lugar sagrado e palco de peregrinações dos fiéis, depois que uma mulher encontrou seu filho caindo da janela da gruta. Antes que a criança caísse no chão e se despedaçasse, a mãe gritou para o “Senhor Jesus da Lapa” que a ajudasse e, assim, o menino teria pousado suavemente sobre o chão.

⁹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 213.

¹⁰⁰ Santuário de expressão do catolicismo.

¹⁰¹ WELLS, *op. Cit.*, v. II, p. 39.



FIGURA 7 – A igreja na Lapa, arraial e a pedra de São Bom Jesus da Lapa.

FONTE: WELLS, J. James, II, 1995, p. 38.

A versão de Wells sobre o acontecimento que marcou a gruta de Bom Jesus como um lugar sagrado difere da adotada por Oliveira (2008) na obra em *Bom Jesus da Lapa, Três romarias, um patrimônio e muita fé*. De acordo com esse autor, o local tornou-se símbolo de recebimento de bençãos após alguns caçadores de couro e viajantes encontrarem um homem, cujo nome era Francisco Mendonça Mar, vivendo como santo no alto do morro entre os cactos. Esse homem teria vindo de Portugal em 1679 e trabalhado em diversos ofícios, acumulando muitos bens. Certo dia, após confessar-se, resolveu distribuir seus bens em esmolas e saiu em penitência apenas com a roupa do corpo e a imagem do santo Bom Jesus, que depositou na gruta¹⁰².

Como é possível perceber na figura, o arraial de Bom Jesus da Lapa ia se formando em torno do monte situado em um dos lados do rio São Francisco. A localização do monte nos fornece a ideia de que ele está imposto ali, de forma que todos que passassem pelo rio pudessem vê-lo e interromper sua viagem para conhecer ou tocar no local sagrado, pedir ou agradecer os favores alcançados, sempre depositando alguma quantia para o santo. Sobre isso, Wells afirmou que o santo parecia estar bem de vida por apresentar possuir muitos bens.

¹⁰² OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. Bom Jesus da Lapa: três romarias, um patrimônio e muita fé. In: *Revista Eletrônico de Turismo Cultural*, v. 02, n. 01, 1º semestre de 2008.

No entanto, mais importante do que saber qual a versão da história que realmente marcou a santificação do monte, é evidenciar que essa construção religiosa que impulsionava as peregrinações dos sertanejos desde tempos anteriores à visita de Wells ao local no século XIX, continua impulsionando o deslocamento de muitos fiéis que movimentam o turismo religioso e comercial¹⁰³ da cidade no momento presente. Para os fiéis que professavam tamanha fé, as peregrinações se justificam em busca de cura ou como pagamento de uma dádiva recebida por algum ente querido ou amigo.

Após a passagem de Wells pela cidade, três romarias¹⁰⁴ foram instituídas em diferentes meses e foram planejadas dessa forma para garantir a movimentação do comércio durante o ano. A ornamentação da gruta presente no relato do viajante, no que se refere aos registros de curas fixados em suas paredes, ainda existe.

Porém, agora estes registros são feitos em maiores quantidades e de diversas formas, devido ao desenvolvimento de outras formas de registro, que viabilizam essa prática mais do que “os modelos em cera que representam as curas assombrosamente milagrosas de acidentes e doenças feitas pelo santo”.¹⁰⁵

Em sua obra, Wells ainda registra o tipo de dança praticada pelos trabalhadores das fazendas e também pelos moradores de alguns arraiais. Como outros viajantes que estiveram no Brasil no século XIX, o autor não deixou de descrever e analisar o batuque:

[...] ela é normalmente dançada por dois casais, às vezes mais, que ficam de frente um para o outro. Dois violões de cordas de arame começam então um trum, trum, trum, e o capataz de C. avança e conduz os dançarinos, dois homens e duas mulheres; trum- trum- trum – três ou quatro vezes subitamente iniciam um refrão áspero e alto, em tom agudo, em ritmo acelerado, contendo alusões as “patrão” e aos seus méritos, aos incidentes do trabalho diário, misturados com a beleza de Marias ideais; os outros homens presentes unem-se ao coro, cada um fazendo uma segunda ou terceira voz, um falsete ou um

¹⁰³ Certo é que o desenvolvimento do turismo na cidade criou a separação entre os romeiros pobres que se deslocam a pé, a cavalo, de carroça, de caminhão, que levam seus objetos para se acomodarem e preparem suas alimentações em qualquer lugar da cidade por não terem condição de pagarem os hotéis e a alimentação e os outros visitantes, romeiros ou curiosos, mas de classe média, que podem participar do comércio da cidade, alojando-se nos melhores hotéis e pagando pelos serviços de hospedagem.

¹⁰⁴ Para maiores informações ver Oliveira, Op. Cit.

¹⁰⁵ Wells, II, p.39.

baixo. Com canções rítmicas acompanhadas de palmas e arrastar de pés, a dança começa, primeiro um compasso lento, que é mantido por algum tempo, depois, gradualmente, crescendo de velocidade, os dançarinos avançam e voltam, as mulheres balançando o corpo e ondulando os braços, os homens marcando o ritmo com palmas a cada coro [...]; a música era certamente agreste, todavia o excelente ritmo e os acompanhamentos compassados tinham um efeito agradável – selvagem e bárbaro talvez, mas que, por isto mesmo, atraía o barbarismo latente em tantos homens¹⁰⁶.

No trecho acima, Wells descreve uma festa realizada em uma fazenda. Segundo o relato do observador, percebe-se que os trabalhadores do local e até mesmo os trabalhadores que acompanhavam o viajante eram os principais responsáveis pela animação. Eles dançavam, cantavam e tocavam os instrumentos que, neste caso, eram os violões.

Um aspecto que merece atenção é o de que o lazer e o trabalho, ou as tarefas diárias realizadas pelos participantes da festa, não se desvincilhavam. Os refrões da música, conforme relatou o viajante, faziam referências aos feitos dos patrões, aos acontecimentos do dia a dia, “aos incidentes do trabalho diário”. Além disso, na forma de cantar e dançar, os trabalhadores também faziam menção ao que Wells chamou de “beleza de Marias ideais”.

Todavia, defendo a tese de que esses homens se referiam a mulheres reais, que se enquadravam no referencial de beleza daquela cultura. Como muitos deles trabalhavam de fazenda em fazenda, exercendo uma série de tarefas, possivelmente eles viam mulheres pelas quais se encantavam, sem nem mesmo serem correspondidos, ou até mesmo com as quais se envolviam. Então, ao se divertirem, eles remontavam aos acontecimentos marcantes de suas vidas. Nessas festas, nas quais a dança predominante era o batuque; as músicas, além de remeterem a outras questões, também falavam de paixões e amores.

Para o viajante portador de um ideal de beleza diferente, não existiam mulheres belas por onde ele passou. No relato a respeito dos habitantes de Pirapora, ele observa que “as mulheres são todas morenas e desgraciosas, as velhas, verdadeiras bruxas”.¹⁰⁷ Já no fim da citação, o viajante interpreta a dança como um ato bárbaro e

¹⁰⁶ WELLS, I, p. 171.

¹⁰⁷ WELLS, I, p. 268-269.

selvagem que estava em consonância ou que combinava perfeitamente com os dançarinos, por eles também portarem tais características.

João José Reis¹⁰⁸ analisa o batuque em três fontes do século XVIII com o objetivo de discutir as relações de poder na sociedade escravista. A hipótese do autor é a de que os grupos dominantes do período interpretavam essa dança de forma variada. No entanto, a interpretação que mais interessa para fins deste trabalho é a de que o batuque representava uma ameaça à ordem vigente ao possibilitar a reprodução das experiências de vida que os escravos trouxeram do continente africano. Assim, esse estilo de dança se originou na África, mas sofreu algumas transformações com o passar do tempo.

Para Reis (2002), nos primeiros batuques, assim como em outras festas mais africanas, os brancos e mestiços livres participavam apenas como observadores. Só mais tarde eles foram incorporados, sem ressalvas de atrapalhar a hegemonia do grupo.

O relato de Wells sobre o batuque, no fim do século XIX, em Minas Gerais, já demonstra as transformações apontadas por Reis. Segundo Wells, o batuque era uma dança apreciada por guias de tropas, trabalhadores em geral e habitantes das vilas que, por sinal, eram mulatos, mestiços, negros livres e escravos.

A respeito dos documentos pesquisados em seu estudo sobre o batuque negro, Reis (2002) aponta que naquele período eles relatavam a existência de festas exclusivas dos africanos. Entretanto, esses documentos não possibilitaram um aprofundamento, no sentido de propiciar uma especificação dos diversos povos que foram transportados daquele continente para as diversas colônias europeias.

Ao analisar a situação do ensino de História da África na conjuntura da lei 10639/03, que tornou obrigatório o ensino da história dos africanos e dos afrodescendentes na educação brasileira, Anderson Ribeiro Oliva¹⁰⁹ discute uma série de questões referentes à atual situação do ensino dessa disciplina e analisa o livro didático do autor Mário Schmidt, intitulado *Nova história crítica*. Na obra de Schmidt, Oliva cita os pontos em que o autor avança na discussão do tema, como também os

¹⁰⁸ REIS, João José. Batuque Negro: Repressão e Permissão na Bahia Oitocentista. In: Festa : Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa de István Jancsó. 2002.

¹⁰⁹ OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 3, 2003. p. 421-461.

aspectos que marcam a permanência de resquícios de uma tradição historiográfica mais tradicional sobre o assunto.

Um ponto importante relacionado à discussão de Reis refere-se ao modo pelo qual Schmidt divide os povos que habitavam o continente africano, uma vez que para esse autor o continente estava dividido entre os povos bantus e sudaneses, que levam em consideração a questão linguística e não política.

Como é possível verificar, esta literatura de viagem nos possibilita tratar de várias questões, mas, infelizmente, é impossível abordar todas neste trabalho. Se fosse possível estender esta pesquisa, outros aspectos dos modos de vida dos sertanejos poderiam ser analisados, porque além do que tratei acima, nesta experiência pude perceber uma variedade de possibilidades que poderiam ser abarcadas em pesquisas de outras naturezas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma primeira experiência em lidar com a linguagem literária, acredito que esta foi riquíssima, ao término dessa primeira etapa, na qual delimitei para esta pesquisa já consegui perceber, ou pelos menos encontrar, algumas hipóteses cabíveis para as questões pelas quais eu fazia no começo e que me traziam grande preocupação por não saber como proceder diante de alguns obstáculos. Hoje não posso afirmar que encontrei “as respostas” para minhas questões, mas posso dizer que, ao longo da pesquisa, encontrei alguns caminhos possíveis de serem trilhados.

A escolha deste tema se relaciona com a minha trajetória de vida. O fato de ter deixado os meus pais em Matias Cardoso e vindo para Uberlândia com 10 anos de idade por problemas de saúde, trazendo comigo o sonho de estudar e ser alguém capaz de ajudá-los financeiramente me deu força para lutar até o momento. Aqui cabe relatar um momento em que eu pensei que ia fracassar, foi no ano de 2000, quando fui ao Diase levar a ficha para pedir desconto para o Paies, como era menor de idade a pessoa responsável tinha que assinar por mim, porém, ela não pôde ir comigo. Mas como eu estava como muita vontade de tentar uma das vagas daquele programa fui só e sem saber que precisava da assinatura de uma pessoa maior. Quando fui informada fiquei muito triste e saí andando sem destino pela rua. Lembro que, ao encontrar um homem com um envelope embaixo do braço, cumprimentei-o e relatei a minha história pedi-o encarecidamente para assinar aquele documento e ele assim o fez. Sem nem mesmo me conhecer ele me possibilitou a fazer a prova da primeira etapa do Paies.

O meu contato com os relatos de James Wells me fez perceber que era naquele campo que eu devia tatear. Senti que era aquela a fonte que eu devia ler e reler para dela extrair o que me interessava.

As leituras realizadas ao longo do curso, das quais destaco aquelas das disciplinas de historiografia e de historiografia brasileira, me auxiliaram a conhecer um pouquinho a respeito da formação do Estado brasileiro e de sua história. Estas leituras

serviram de base para a compreensão de que, ao longo do século XIX, no Brasil, discutia-se a questão da formação da nação brasileira, que estava intimamente associada à construção da história desta mesma nação.

Na primeira leitura da fonte, a pluralidade de estereótipos destinados aos sertanejos me chamou a atenção; porém, não sabia bem o que fazer com aquele material. Porém, com o passar do tempo, fui lendo alguns trabalhos e discutindo com alguns professores e colegas assim que era possível até que chegou o momento em que notei a necessidade de reformular o tema.

Desse modo, cheguei ao ponto de pensar a construção dos estereótipos para os sertanejos habitantes de parte do atual norte de Minas e do sul da Bahia, na literatura de viagem de Wells. Uma questão que busco compreender é o porquê de se produzir uma memória desse tipo, não apenas para os habitantes do espaço que delimitarei para minha pesquisa, mas para a maioria da população brasileira naquele período, final do século XIX.

A minha hipótese é a de que essa memória estereotipada era construída pelos setores dominantes da sociedade para conferir legitimidade aos projetos de nação que se buscava forjar naquele momento.

Não sei se fui coerente nem se a forma como tentei fazer isto faz muito sentido para aqueles que têm maior experiência no assunto, mas sei que para mim agora isto tem sentido, daqui há algum tempo posso reler este trabalho adotando outra perspectiva e propor mudanças para alguns de seus aspectos.

É importante ressaltar que foi um grande desafio para mim pesquisar este tema. Frequentemente me preocupava em não reafirmar as interpretações de Wells, tentei avançar pensando em produzir um trabalho que fosse capaz de (re)descobrir os sertanejos como sujeitos capazes de criar sua própria história, como agentes sociais de importância essencial para a sociedade.

Minha pretensão era a de analisar a construção da memória sobre a população brasileira na conjuntura dos projetos de modernização do século XIX, seria mais ou menos o que fiz acima. Além de querer tentar compreender como que essa construção da memória sobre a população brasileira apareceu nos momentos de construção dos

ideais de nacionalismos, no início e meados do século XX, em estudiosos que, para nós, atualmente, são os clássicos da historiografia ou da sociologia brasileira do século XX. Porém, no decorrer da pesquisa senti que era impossível abarcar tudo isto neste único trabalho, por isso a segunda proposta fica para outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Cia das letras, 1997. p.127.

ARAÚJO, Ricardo Benjaquen de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, n. 1, 1988, p. 28-54.

BARBOSA, Carla Cristina. **Sertão: cultura e poder**. Montes Claros: EditoraUnimontes, 2007.

BARREIRO, José Carlos. E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções. **Projeto História**, São Paulo, n. 12, out. 1995.

_____. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**. São Paulo: Unesp, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CALLARI, C. Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de Dom Pedro II à Construção de Tiradentes. **Revista Brasileira de História São Paulo, ANPUH/Humanitas**, v. 20, n. 40, p2000, 59-83.

CARDOSO, Heloísa Helena. Memórias e imagens: repensando os significados do MEMORIAL JK. In: Laura et al. (Org.). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olhos d'água, 2006. p.177-193.

CERTAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, C. Botelho; MACHADO, Maria C. Tomaz. **História & Literatura. Identidades e fronteiras**. Uberlândia: Edufu, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 14, n. 27, 1994, p. 9-26.

_____. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

DIAS, Jânio Marques. Sertão norte-mineiro: terra de contrastes. In: BARBOSA, Carla Cristina. **Sertão: cultura e poder**. Montes Claros: EditoraUnimontes, 2007.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1979.

FENELON, Déa R. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, PUC, n. 10, 1993, p. 73-90.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou a história do Povo. **Revista História e Perspectivas**, n. 6, Uberlândia, 1992.

FENELON, Dea Ribeiro et al. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 13, Jun.1994, p.147-163.

FREIRE, Gilberto. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Ed INL – MEC, 1980.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 14. ed. São Paulo: Ed. Nacional,

GAGNEBIN, J. M. Memória, história e testemunho. In: Bresciani M. Naxara M. **Memória (re)sentimento**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2001. p. 85-94.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Trabalho e Aventura. In: _____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. p.12-40.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – sec XVIII e XIX. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, Jul./Dez. 2006, p. 247-265.

LAHUERTA, F. Medeiros. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, v. 1, n. 218. Disponible em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>. Acesso em: março 2010.

LESSA, Simone Narciso. Trem-de-ferro: o mito da modernidade no sertão. In: BARBOSA, Carla Cristina. **Sertão: cultura e poder**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007.

MACIEL, Laura et AL. **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olhos D'Água, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial.** São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Migração e colonização em Minas: 1989-1930.** Belo

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, ano 25, n. 3, v. 200, p. 421-461.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. Bom Jesus da Lapa: três romarias, um patrimônio e muita fé. **Revista Eletrônico de Turismo cultural**, v. 02, n. 01, 1º semestre de 2008.

PAIM, Antônio. **História do liberalismo brasileiro.** São Paulo: Mandarim, 1998.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **E as palavras têm segredos: literatura, utopia e linguagem na escritura de Ana Maria Machado.** MACIEL et al. (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens.** São Paulo: Olhos D'Água, 2006. p.156-175.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado da história oral. A pesquisa como um

RODRIGUES, Rejane Meireles de Amaral. **Antônio Dó: um bandido social das margens do Rio São Francisco - 1910/1929.** 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

SADER, Emir. **A Revolução Cubana.** São Paulo: Moderna, 1985.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**, n. 14, EDUC, Fev./ 1997, p. 41-81.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Cia. das Letras/Ed. UFMG, 2007.

SILVA, Marcos A. da. O trabalho da linguagem. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH-Marco Zero, v. 6, n. 1. p. 45-61, set. 1985/fev. 1986.

_____. (Org.). **Repensando a história.** Rio de Janeiro: Anpuh/ Marco Zero, 1984.

SOUZA, Laura de Mello. **O diabo e a terra de santa cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Schwarcz, 1989.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria.** Ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 47-62.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

_____. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. _____. In: **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 267-304.

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. Cultura e Memória: notas sobre a construção da lógica histórica na pesquisa audiovisual de História Oral. In: _____. **Outras Histórias:** memórias e linguagens. (Org.) Laura et. al. São Paulo: Olhos D'Água, 2006. p. 218-238.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Lisboa: Edições 70, 1987.

VIEIRA, Maria do Pilar do Araújo e outros. **A pesquisa em História.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.